



Les Journées Annuelles de la Gouvernance en Afrique
Site : jaga.afrique-gouvernance.net



**Memorando Conferência na Praia
9-12 de Julho, 2012**

África inventa sua governação

**África assume o controlo
do seu destino**

ÁFRICA HORIZONTE 2060

*O que será que a África quer ser e tornar-se?
De que forma quer ser governada?*

Alliance pour Refonder la
Gouvernance en Afrique - ARGA

Ouest Foire
Cité Douanes
Villa n°13- 2F
Dakar - SÉNÉGAL

Tél: +221-33-820-15-81

www.afrique-gouvernance.net

AGRADECIMENTOS

A Aliança para a Reconstruir a Governação em África e todos os participantes agradecem vivamente a todas as entidades e organizações que contribuíram com seu apoio à preparação e a realização da conferência:

- A Presidência da República de Cabo Verde
- A Assembleia Nacional da República de Cabo Verde
- Ao Governo da República de Cabo Verde, através do Ministério dos Assuntos Exteriores, particularmente a Célula Nacional da CEDEAO, o Ministério da Cultura e a Unidade de Coordenação da Reforma do Estado
- A Câmara Municipal da Praia
- A Fundação Amílcar Cabral
- A Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem
- A Fundação para Inovação Africana
- Ao Ministério francês dos Negócios Estrangeiros e Europeus, através da Missão da Governação Democrática, a Embaixada da França e o Serviço da Cooperação e Acção Cultural na Cidade da Praia.

Resumo

I - Introdução.....	7
II - Desenrolar da conferência, principais conclusões e perspectivas	9
II.1 Desenrolar da conferência.....	9
II. 2 Principais conclusões da conferência.....	11
II.3 Algumas perspectivas: ações a levar a cabo e quadro de monitorização.....	13
II.3.1 Principais ações.....	14
II.3.2 Um quadro de monitorização.....	16
Anexo 1 : Declaração de Praia.....	17
Anexo 2 : Trabalhos dos workshops.....	21
Ateliê 1 : Construir o « Viver juntos » no seio das sociedades em torno de valores e princípios partilhados.....	21
Ateliê 2: Tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade, reconhecendo o pluralismo jurídico.....	26
Ateliê 3 : Reconstruir o Estado africano pós-colonial através da descentralização e da integração regional.....	32
Ateliê 4 : Promover uma gestão adequada e inclusiva dos assuntos públicos.....	42
Ateliê 5 : Criar as condições de segurança para todos e de uma paz duradoira.....	51
Anexo 3 :Lista de participantes	59

I - Introdução

Uma iniciativa baseada na convicção de que a África dispõe de competências para assumir o controlo do seu destino

Desde a época das independências, a África não tem sido verdadeiramente mestre de seu destino. Ela se encontrou durante a Guerra Fria, dividida entre blocos políticos opostos e, em alguns casos, praticamente sob tutela e, sujeita a se conformar e a cumprir as doutrinas políticas e econômicas impostas pelo exterior. Hoje, ela é marginalizada nas relações internacionais, tanto no plano econômico como político. Muitos jovens, especialmente os mais instruídos, por não encontrar nos seus países ou no continente, perspectivas consideradas dignas das suas aspirações, continuam a fugir o continente, privando-o dos talentos e da criatividade que tanto necessita.

Mas a África encontra-se no ponto de viragem da sua história política, econômica e social. Apesar do contraste dos balanços sobre a construção do Estado e das sociedades, resultados que recordam o longo caminho ainda a percorrer para a emergência econômica política e social; a África porém possui enormes recursos para satisfazer as exigências de seu povo e ser mais valorizado no resto do mundo. A democracia vem se consolidando inevitavelmente, reforçada pelo processo de descentralização e pelas sociedades civis que contribuem significativamente para a melhoria da governação dos Estados; as enormes reservas de recursos naturais ainda por explorar; o crescimento rápido da população que os transforma em mercado do futuro; os processos de integração regional contribuem para aumentar as exigências da boa governação e da construção de mercados comuns; a evolução das relações econômicas internacionais, com a emergência de novas potências, acrescenta as suas margens de negociações nos mercados internacionais e cria oportunidades para a renovação da regulação das relações internacionais.

Uma contribuição para uma África efetivamente independente em 2060

Para que todas estas vantagens se transformem em factores de sucesso, a África precisa de uma reacção coletiva, para deixar de «dormir sobre a esteira dos outros», retomando as palavras do famoso historiador Joseph Ki Zerbo. É verdade que em todo o mundo, a construção de nações modernas e a definição das estratégias de desenvolvimento demoraram muito tempo. E a África não escapa a esta regra. Mas longe de ser um continente sem esperança, ela contém uma fervorosa juventude e recursos culturais e intelectuais que colocam nela a capacidade de emergir no século 21 com a sua própria visão do mundo, sua própria concepção de governação, seu próprio itinerário de desenvolvimento.

Com o pretexto da comemoração do cinquentenário da independência de muitos países africanos, a Aliança para Reconstruir a Governação em África (ARGA), achou necessário ir para além das festividades e dos balanços, e ela decidiu dedicar uma reflexão ao

futuro do continente, convidando todos os actores, africanos e não africanos, convencidos de que a África pode assumir o controlo do seu destino, a associar-se, à uma iniciativa que ambiciona traçar os contornos de uma nova prospectiva política, económica, social e cultural, capaz de finalmente, colocar o continente no caminho da emergência, para a construção de um projeto para os próximos cinquenta anos para que o centenário, simbólico das independências, seja celebrado sob a marca de uma verdadeira independência.

A Iniciativa *África Horizonte 2060* é assim conduzida através de uma série de quatro conferências realizadas sucessivamente sobre os seguintes temas essenciais para o futuro da África:

- *Uma África que reinventa a sua governação (Praia, Cabo Verde – 2012)*
- *Uma África que reinventa a sua economia (2013)*
- *Uma África que renegocia o seu lugar no mundo (2014)*
- *Um projeto para 2060 (Addis Abeba, Etiópia, 2015)*



Objectivos e resultados esperados da Conferência

- Criar espaços de intercâmbio durável, de partilhas e valorização de experiências, reflexões e políticas públicas as mais inovadoras em curso sobre a governação em África
- Melhor sinergia entre as iniciativas de instituições e as iniciativas da sociedade civil
- Melhor socialização de políticas públicas em matéria de governação
- Definição de propostas e de uma estratégia de múltiplos actores e perspectivas permitindo à África de efetivamente assumir o controlo do seu destino
- Definição de iniciativas conjuntas, para a reconstrução de governação em África

Os resultados esperados eram:

- Identificação das principais tendências de evolução e os factores essenciais de transformação positiva da governação em África nas próximas décadas
- Identificação de iniciativas inovadoras sobre a governação em África e o desenvolvimento de estratégias e instrumentos visando a sua mais ampla divulgação e socialização
- Troca e partilha em rede de novas experiências de governação

II - Desenrolar da conferência, principais conclusões e perspectivas

II.1 Desenrolar da conferência



A conferência registou a presença de 93 pessoas oriundas de 30 países. Todas as regiões do continente estiveram representadas, bem como a diáspora e amigos da África: Marrocos, Argélia, Tunísia, Senegal, Mali, Burkina Faso, Camarões, Gâmbia, Benin, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Nigéria, Togo, Tchad, República Democrática do Congo, Zâmbia, África do Sul, Guiné-Bissau, Botswana,

Quênia, São Tomé e Príncipe, Gabão, Angola, Cabo Verde, França, Itália, Estados Unidos e Portugal.

Os participantes pertenciam aos meios socioprofissionais seguintes: pesquisadores universitários, ONGs, Estados (funcionários e outros) eleitos (deputados e vereadores), membros de fundações privadas, sector privado, estudantes, organizações internacionais (Conselho de Segurança das Nações Unidas e PNUD), religiosos e tradicionalistas, media, militares, parceiros de desenvolvimento, etc. ...

A diversidade territorial e socioprofissional dos participantes foi reconhecida como sendo um factor legitimador dos resultados da conferência. As discussões desenrolaram-se sobretudo num ambiente de escuta, respeito mútuo e busca permanente da construção de um inteligência colectivo sobre assuntos complexos e muitas vezes polémicos.

A cerimônia de abertura oficial ocorreu no plenário da Assembleia Nacional, sob a presidência efetiva de sua Excelência o Sr. Presidente em exercício da República de Cabo Verde, e na presença de seu antecessor, o actual presidente da Fundação Amílcar Cabral, laureado do Prémio Mo Ibrahim da boa governação. Este símbolo legitimou a escolha de Cabo Verde, como o exemplo perfeito de uma democracia tranquila, habituada as alternâncias pacíficas. A este respeito, o discurso do Presidente em exercício colocou grande ênfase sobre o processo histórico de construção da nação Cabo-verdiana, factor que explica o progresso realizado por este país em termos de regulação do “viver juntos” da convivência e da governação. A cerimônia de abertura foi realçada com a presença de quatro ministros, do Senegal, do Burkina Faso, da Guiné e do Togo, bem como de embaixadores e chefes de organizações internacionais em Cabo Verde.

Após a cerimônia de abertura deu-se o início dos trabalhos divididos em ateliês de quatro (4) meios-dias. A conferência centrou-se em torno de 10 propostas agrupadas em cinco workshops:

- Ateliê 1: Fundar o "viver juntos" nas sociedades em torno de valores e princípios compartilhados
 1. *Colocar de novo os valores no centro do projeto político e adoptar um Carta Africana de responsabilidades*
 2. *Desenvolver novos princípios fundamentais de gestão da sociedade*
- Ateliê 2: Tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade
 3. *Tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade, reconhecendo o pluralismo jurídico*
- Ateliê 3: Reconstruir o Estado pós-colonial Africano através da descentralização e da integração regional
 4. *Reconstruir os Estados a partir do nível local e edificar a governação sobre o princípio da subsidiariedade activa*
 5. *Apoiar e desenvolver o projeto de integração regional Africana*
- Ateliê 4: Promover uma gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos
 6. *Envolver todos os actores da sociedade na gestão dos assuntos públicos*
 7. *Criar uma outra percepção da " gestão dos assuntos da cidade"*
 8. *Apoiar-se numa sociedade civil activa para uma gestão pública equitativa*
 9. *Formar gestores públicos ao serviço da sociedade*
- Ateliê 5: Construir uma segurança para todos
 10. *Construir as condições de segurança para todos e paz durável*

Os trabalhos de cada Workshop foram orientados por uma nota introdutória com um tema resumido e algumas questões fundamentais a serem discutidas, e que os participantes tinham a liberdade de alterar. Estas notas foram feitas com base em três tipos de recursos: as contribuições que alguns participantes tinham enviado antes da conferência (acerca de 30), documentos e trabalhos de pesquisa, documentos de políticas públicas recolhidas pela ARGA. Cada workshop foi mandatado para preparar um relatório sobre o tema em discussão incluindo:

- Os principais problemas e desafios
- As tendências de evolução das próximas décadas
- As potencialidades do continente
- Os objetivos estratégicos a atingir e algumas acções estruturantes
- As funções e responsabilidades das partes interessadas

Em colaboração com os Municípios da Praia e da Cidade Velha e o Ministério da Cultura de Cabo Verde, foi organizada uma manhã de visita a Cidade Velha, local histórico da escravatura.

O último dia da conferência foi consagrado, por um lado, à reposição em plenária, dos trabalhos dos workshops, seguida de um debate geral e, por outro, a cerimônia oficial de encerramento que foi presidida por sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, com a presença das suas Excelências Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia e Sr. ex-Presidente da República, actual Presidente da Fundação Amílcar Cabral.

II. 2 Principais conclusões da conferência

As discussões revelaram a pertinência do tema da conferência e das propostas que estruturaram os workshops. Insistiu-se particularmente sobre a necessidade de uma abordagem sistemática da problemática do desenvolvimento da África e a necessidade de aliar os temas, actores e as esferas de governação. A Declaração final inclui um certo número de constatações e identifica caminhos para o futuro. Ela se apresenta ainda, mais como um manifesto do que uma habitual declaração.



As principais constatações são as seguintes:

1. A consideração da **governança como sendo a fonte e solução** das crises com múltiplas facetas, política, social, econômica, que atravessa o continente Africano
2. A necessidade do continente de se dotar, **de uma visão endogénica, global e de longo prazo da sua governação**, e a tradução dessa visão num **projeto compartilhado e inclusivo** de todos os actores da sociedade
3. A necessidade para a África, não só de **participar activamente no processo de globalização, mas também de partilhar a liderança**, apoiando-se nas suas enormes potencialidades (os recursos humanos, nomeadamente, juventude melhor formada, imensos recursos naturais, sociedades cada vez mais organizadas e empreendedoras, uma vontade política das instituições de forma geral, dos Estados e das organizações de integração regional em particular, de melhorar o seu funcionamento, de reforçar as suas capacidades ao serviço dos cidadãos)
4. A necessidade para as sociedades africanas de **definir, formalizar e promover melhor os valores e princípios partilhados** que devem reger as relações entre os indivíduos e entre as comunidades, as modalidades de divulgação, de exercício e controlo do poder ao serviço do interesse geral assim como as modalidades de contribuição e justa repartição dos recursos e das riquezas; Estes métodos de regulação dos assuntos públicos devem ter em conta o quadro do pluralismo normativo, institucional e social e incluírem os modos tradicionais de regulação num projeto, não nostálgico do passado, mas moderno
5. A necessidade de apoiar-se **estrategicamente sobre o processo de descentralização**, considerados, não como meras reformas administrativas, mas como um projeto necessariamente político de reconstrução dos Estados, que reforça as suas legitimidades e eficácia, e garante um melhor controlo da diversidade natural das sociedades
6. A necessidade de **consolidar o processo de integração regional** valorizando a complementaridade entre as dinâmicas institucionais e intergovernamentais e as dinâmicas sociais na base, para fazer da integração um factor de desenvolvimento, paz e segurança, de consolidação dos Estados e de integração da África no mundo
7. A importância do **uso de línguas africanas** nos sistemas educativos, institucionais e administrativos
8. A necessidade **de construir a visão e projeto Africano de governação com parceiros da África»**

As linhas directrizes de uma estratégia de reconstrução efetiva da Governação em África foram identificadas tendo em conta o contexto actual e as perspectivas futuras:

1. **«A parceria de múltiplos actores** deve ser o motor da preparação, implementação e avaliação das políticas públicas e do quadro jurídico e institucional da mesma forma que os mecanismos de participação civil e de diálogo entre todos os actores devem ser reforçados em todos os níveis, local, nacional, sub-regional, continental e internacional
2. **A educação e o reforço da conscientização e dos valores cívicos** são as alavancas para assegurar a primazia do interesse público sobre os interesses particulares ou de grupos, da democracia e da coexistência pacífica das comunidades humanas
3. **As forças de defesa e de segurança do Estado devem ser forças republicanas, actores do desenvolvimento** que protege a segurança humana num quadro que **promove uma governação compartilhada da segurança**
4. **Os processos constitucionais devem ser mais inclusivos e trazer melhores formas de regulação** do poder político e da prevenção e resolução das crises
5. **As instituições de integração regional** devem prosseguir os seus **esforços para construir uma visão e um projeto de integração regional que promovem a cidadania regional efetiva, que territorializam e socializam melhor as políticas comunitárias, reforçam as capacidades de antecipação e pró-actividade com os outros actores a nível de prevenção de conflitos e de garantia da segurança**
6. Os Estados devem valorizar a utilização de línguas nacionais, fortalecer e aprofundar os processos de descentralização numa visão compartilhada com as instituições locais e o conjunto dos actores locais
7. **A Diáspora africana deve** participar activamente no trabalho de reconstrução da governação em África.

II.3 Algumas perspectivas: ações a levar a cabo e quadro de monitorização

A Aliança para a Reconstruir a Governação em África foi mandatada para propor aos participantes um plano de acção a partir das linhas directrizes retidas na Declaração final e dos objectivos estratégicos e acções estruturantes propostos nos workshops. Este plano identifica as principais acções previstas e os instrumentos para compartilhá-los e implementá-los, assim como e um quadro de monitorização na sequência da conferência.



II.3.1 Principais ações

1. Alargar e reforçar uma rede de intercâmbio de experiências e de partilha de iniciativas de reconstrução da governação em África

Os participantes consideraram que, se a conferência foi um acontecimento circunstancial, o diálogo que ela permitiu de encetar deverá ser perpetuado num quadro e formas a definir e alargada a todos os intervenientes na área da governação. A utilização de novas tecnologias deve ser maximizada, dada à natureza continental da iniciativa. As ações específicas desejadas nesse ponto de vista são:

a) A criação de um banco ou plataforma virtual de intercâmbio e de valorização de experiências em matéria de governação, ou seja enriquecer o SITE das JAGA para permitir a todos os participantes, a toda e qualquer pessoa ou organização interessada a partilhar ou de encontrar no mesmo espaço as experiências relativas aos temas das JAGA; este banco poderá ser enriquecido pelas parcerias que os participantes terão estabelecido durante a conferência e através de um acompanhamento regular das iniciativas das instituições (Estados, autoridades locais, cooperação para o desenvolvimento, instituições de integração regional) e outros actores sociais.

b) A criação de um espaço de diálogo permanente sobre os temas da conferência, nomeadamente através da criação de um Blog acessível a partir do Site das JAGA

c) A criação de boletins para a difusão de informações sobre os seguimentos das JAGA e sobre a preparação da edição de 2013; trata-se ao mesmo tempo de valorizar a difusão da lista da ARGGA que consta de cerca de 2000 contactos, assim como o contato dos participantes; este boletim incluiria informações sob a forma de textos e registos vídeos.

2. Promover ou reforçar as iniciativas abordando os temas prioritários, identificados pela conferência

A conferência permitiu identificar temas prioritários que serão determinantes para o futuro da África. Os participantes podem no quadro de iniciativas existentes ou de novas iniciativas, elaborar propostas ou projetos de reconstrução da governação. Estão livres de definir estas iniciativas, mas deverão informar dentro das suas possibilidades o quadro de monitorização na sequência da conferência, para garantir a divulgação e a consideração das mesmas em todas as fases da iniciativa África Horizonte 2060. Entre outros temas, os seguintes exemplos não exaustivos :

- os parceiros com múltiplos actores no âmbito das políticas públicas (elaboração, implementação, controlo, avaliação..)
- a educação cívica e a promoção dos valores, a luta contra a corrupção...
- o papel das forças de defesa e de segurança, e a governação partilhada da segurança

- o constitucionalismo e as constituições como ferramentas de regulação da diversidade e do poder
- a socialização e a territorialização das políticas comunitárias de integração regional
- a promoção da cooperação transfronteiriça, nomeadamente em termos de serviços públicos
- a valorização das línguas nacionais nos sistemas administrativos e nos sistemas de educação e de formação
- a consideração do sector privado na definição e realização dos desafios de desenvolvimento local assim como o desenvolvimento do empreendedorismo local

O quadro de monitorização está mandatado, com base nas informações fornecidas pelos participantes e de qualquer pesquisa, para identificar, centralizar e evidenciar, para cada região, todas as iniciativas e definir as condições das suas conexões com a iniciativa África Horizonte 2060.

3. Desenvolver a advocacia em torno dos resultados da conferência e do projeto África Horizonte 2060

Através da origem socioprofissional dos participantes, a conferência da Praia tinha como objectivo envolver um máximo de actores. No entanto, as conclusões devem ser enriquecidas e levadas a todos os ambientes sociais em África e no resto do mundo. Além da divulgação a nível dos actores acessíveis aos participantes, insistiu-se muito na divulgação política e na necessidade de associar os espaços de decisão às conclusões dos debates. Duas séries de actividades podem ser implementadas:

- Prolongar a parceria já existente com as autoridades políticas presentes na conferência, nomeadamente com a Presidência da República, o Governo e a Assembleia Nacional de Cabo Verde, a Câmara Municipal da Praia assim como os ministros do Senegal, do Burkina Faso, da Guiné e do Togo, e com os actores da cooperação para o desenvolvimento
- 
- Informar e envolver na sequência da conferência da Praia e na preparação da segunda conferência, outros actores institucionais, nomeadamente as instituições de integração regional ou com vocação pan-africana; A ARGA procurará em particular mobilizar nesse sentido, os Presidentes que fazem parte da sua rede (Presidente em exercício e ex-Presidente de Cabo Verde, ex-Presidente da Guiné Bissau, actual Presidente do Concelho da ARGA)

4. Elaborar e divulgar, no formato de um caderno de propostas, um documento de capitalização e de contribuição da conferência sobre o futuro da governação em África

A riqueza dos debates justifica que as principais conclusões da conferência não sejam só divulgadas através de um simples memorando. Além disso, é possível antecipar sobre o resumo que resultará da quarta conferência prevista para 2015. Assim foi proposto que se elaborasse antes da segunda conferência, um documento analítico de contribuição da primeira conferência, sobre o futuro da governação em África. Este documento será apresentado durante a conferência de 2013 no formato de um caderno de propostas.

II.3.2 Um quadro de monitorização

Um Comité de monitorização na sequência da primeira conferência foi estabelecido. Sob a coordenação da Aliança para Reconstruir a Governação em África, ele é composto de cinco organizações representando cada região do continente, de um representante da Diáspora e de um representante dos principais parceiros. Este Comité é mandatado para lançar qualquer iniciativa podendo contribuir à implementação do plano de acção. Este realiza-se através de uma avaliação periódica do estado de andamento das actividades previstas e pode conforme os recursos mobilizados, reunir-se ao pedido da ARGÁ.

Anexo 1 : Declaração de Praia



jaga.afrique-gouvernance.net

DECLARAÇÃO DE PRAIA

A primeira edição das Jornadas Anuais da Governação em África (JAGA), iniciativa da Aliança para Reconstruir a Governação em África, que aborda o tema "África reinventa a sua Governação", foi realizada na cidade de Praia (República de Cabo Verde) de 09 a 12 de Julho de 2012. Esta primeira edição inaugurou uma série de quatro conferências de reflexão prospectiva cuja ambição consiste em contribuir a emergência de uma África que assume o controlo do seu destino daqui à meta simbólica de 2060, um século após as primeiras independências. Ela reuniu participantes de várias áreas socioprofissionais, de todas as regiões da África, da diáspora assim como amigos da África.

Os objectivos da conferência consistiam em: contribuir a criação de um espaço duradouro de partilha/intercâmbio, de valorização e de partilha das actuais e mais inovadores experiências, reflexões e políticas públicas sobre a governação em África; contribuir a uma maior sinergia entre as iniciativas das instituições e as iniciativas da sociedade civil; contribuir a uma maior socialização das políticas públicas no âmbito da governação; elaborar propostas e uma estratégia multiactores e prospectiva para permitir a África de efectivamente assumir o controlo do seu destino; contribuir ao estabelecimento das iniciativas de reconstrução efectiva da governação.

Os debates abordaram temas fundamentais da governação: criar o "viver juntos" no seio das sociedades em torno de valores e princípios partilhados; tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade e admitir o pluralismo jurídico; reconstruir o Estado africano pós-colonial através da descentralização e da integração regional; promover uma gestão adequada e inclusiva dos assuntos públicos; construir as condições de paz e segurança para todos.

Os debates permitiram aos participantes de realçar consensos fortes nos seguintes pontos:

- Levar em consideração a governação, está na origem e também representa a solução para as crises multifacetadas, políticas, sociais, económicas, que atravessa o continente africano;

- A necessidade para o continente de se dotar de uma visão endógena, global e a longo prazo da sua governação, e a tradução de esta visão num projeto partilhado e inclusivo de todos os actores da sociedade;
- A necessidade para a África não só de participar activamente ao processo de globalização, mas também de partilhar o liderança, baseando-se nas suas inumeráveis vantagens (recursos humanos, nomeadamente uma juventude com melhor formação, recursos naturais imensos, sociedades civis cada vez mais organizadas e com mais iniciativas, uma vontade política das instituições em geral, em particular dos Estados e organizações de integração regional, de melhorar o seu funcionamento, de reforçar as suas capacidades ao serviço dos cidadãos);
- A necessidade para as sociedades africanas de definir, formalizar e promover melhor os valores e princípios partilhados que devem estabelecer as relações entre os indivíduos e entre as comunidades, as modalidades de devolução, de exercício e de controlo do poder ao serviço do interesse geral, assim como os processos de atribuição e de partilha equitativa dos recursos e das riquezas; estes processos de regulamentação dos assuntos públicos devem levar em conta o ambiente de pluralismo normativo, institucional e social e incluir os modos tradicionais de regulamento num projeto, não arcaico mas de modernidade controlada;
- A necessidade de basear-se de forma estratégica nos processos de descentralização, considerados não como simples reformas administrativas, mas como um projeto eminentemente político de reconstrução dos Estados, que reforçaria as suas legitimidades e eficácia, e asseguraria uma melhor regulamento da diversidade natural das sociedades;
- A necessidade de reforçar os processos de integração regional valorizando a complementaridade a partir da base para tornar a integração num factor de desenvolvimento, de paz, de segurança, e de reforço dos Estados e de integração da África no mundo;
- A importância da utilização das línguas africanas nos sistemas educativos, institucionais e administrativos;
- A necessidade de construir a visão e o projeto africano de governação com os parceiros da África.

A partir destes consensos, os participantes, acreditando que o sonho deles para África pode tornar-se realidade:

- x Acreditam que a parceria de vários actores deve ser o motor do desenvolvimento, da implementação e da avaliação das políticas publicas e que o quadro legal e institucional assim como os mecanismos de parti-

cipação cívica e de diálogo entre todos os actores devem ser reforçados a todos os níveis, local, nacional, sub-regional, continental e internacional;

- x Acreditam que a educação e o reforço da sensibilização e dos valores cívicos são as alavancas para assegurar a supremacia do interesse geral sobre os interesses particulares ou interesse de grupo, da democracia e da coabitação pacífica das comunidades humanas;
- x Acreditam que é urgente e necessário tomar medidas para criar forças de defesa e de segurança dos Estados, forças republicanas, actores do desenvolvimento que protegem a segurança humana, para promover uma abordagem e uma governação partilhada da segurança;
- x Acreditam que os processos constitucionais devem ser inclusivos, levar a emergência de melhores modalidades formas de controlo do poder político, de prevenção e de resolução das crises;
- x Encorajam as instituições de integração regional a continuar os seus esforços em vista da construção de uma visão e um projeto de integração regional que promove uma cidadania regional efectiva, e uma maior territorialização e socialização das políticas comunitárias, reforça as suas capacidades de antecipação e de proactividade com os outros actores para prevenir os conflitos e assegurar a segurança;
- x Encorajam os Estados a valorizar a utilização das línguas nacionais, a reforçar e aprofundar os processos de descentralização numa visão partilhada com as colectividades territoriais e o conjunto dos actores locais;
- x Encorajam a Diáspora africana a participar activamente na reconstrução da governação em África;

Os participantes comprometem-se ao sair da conferencia em:

- Alargar e reforçar a rede de experiências e de partilha das suas iniciativas de reforço da governação em África;
- Contribuir à advocacia, em particular para com os Estados e as organizações de integração regional, mas também para com junto as organizações da sociedade civil e das populações, para tirar proveito dos trabalhos da conferencia;
- Obrar para a continuidade e o enriquecimento das contribuições ao projeto «África Horizonte 2060»

Os participantes saúdam a Aliança para Reconstruir a Governação em África e todos os parceiros, africanos e amigos da África, que permitiram a realização da conferência e os exorta a acompanhar a série de conferências.

Os participantes agradecem vivamente a Fundação Amílcar Cabral e as autoridades Cabo-verdianas, em particular a Presidência da República, a Assembleia Nacional, o Governo através do Ministério dos Assuntos Exteriores, e a Câmara Municipal da Praia e os exorta a ser o relai do projeto «África Horizonte 2060» junto aos seus homólogos africanos.

Praia, 12 de Julho de 2012

Anexo 2 : Trabalhos dos workshops



Ateliê 1 : Construir o « Viver juntos » no seio das sociedades em torno de valores e princípios partilhados

Resumo introdutivo

Contexto / problemática

A sociedade africana tradicional assentava-se num conjunto de valores éticos e morais. Cada individuo era definido pela sua função e as suas responsabilidades no seio da família e no seio da comunidade. Estes valores permanecem bem vivos, mas a organização e o funcionamento do Estado africano pós-colonial, a relação para com o poder, a influência hegemónica estrangeira, os grandes movimentos migratórios, em particular em direcção das cidades, a confrontação com outras culturas e com o individualismo promovido pela sociedade de consumo e pela exaltação da concorrência, tem gradualmente corroído esta base de vida em comum. Demasiadas vezes, isto resulta no desprezo do bem público, no abuso das posições de poder, cuja corrupção é uma das manifestações, na indiferença das actuais gerações pelas consequências a longo prazo dos seus actos sobre as gerações futuras.

A dificuldade em construir um “viver juntos” no seio das sociedades em torno de valores e princípios partilhados e de projectos colectivos de sociedade é uma das principais causas das dificuldades que se encontram à estabelecer de forma duradoira as sociedades politicamente estáveis, as relações sociais pacíficas entre grupos humanos (etnias, clãs, religiões etc...), e as economias prósperas. Ora a institucionalização de uma comunidade de valores e a construção de um consenso sobre os princípios fundamentais de funcionamento e gestão das sociedades é um factor de progresso.

Os Estados e as organizações de integração regional conseguiram avanços importantes no estabelecimento dos mecanismos institucionais e jurídicos em torno da problemática dos valores e dos princípios fundamentais de gestão das sociedades. Podemos citar como exemplo a União Africana que adquiriu gradualmente uma estrutura de governação que inclui a problemática dos valores partilhados regidos pelo princípio de responsabilidade colectiva (ver a Cimeira de 2011, Carta Africana da democracia, das eleições e da governação), e a CE-DEAO que também adoptou vários textos importantes que podem constituir o alicerce constitucional comum dos Estados da África Ocidental (por exemplo o Protocolo adicional sobre a democracia e a boa governação).

Para que estes instrumentos possam desempenhar plenamente o seu papel e levar a uma melhoria sensível da governação, a maioria dos países do continente devem se lançar a vários desafios, entre outros:

- A regulamentação da diversidade, em particular comunitária, nos Estados-Nações que foram construídos após as independências com a obsessão da unidade nacional; este desafio é hoje evidenciado pela problemática do lugar do Islão nos processos democráticos em África do Norte e em certos países da África subsaariana
- A luta contra a promoção de valores negativos (falta de civismo, corrupção, privatiza-

ção dos bens e do espaço público, transformação do Poder em património ...)

- A identificação dos valores partilhados que estruturam o “Viver juntos” no seio das sociedades em permanente mutação e cuja evolução está estreitamente ligada ao processo aberto de globalização dos valores
- A definição de melhores modalidades de acesso, de exercício e de limitação do Poder no seio das sociedades.

Questões a debater:

- Quais são hoje os valores partilhados e princípios comuns que permitem instituir o “viver juntos” no seio das sociedades africanas ?
- Como inventar regulamentos baseados nestes valores partilhados e que ao mesmo

tempo respondem às expectativas contemporâneas, porém evolutivas das sociedades ?

- Quais são os instrumentos mais adequados para formalizar e implementar efectivamente tais regulamentos? Uma carta das responsabilidades? As constituições..?
- Como identificar e implicar os sistemas tradicionais (valores, princípios e autoridades) que podem reforçar o viver junto?
- Qual o interesse e lugar das línguas nacionais e conhecimentos locais endógenos na reconstrução do “Viver juntos”?
- Quais são as vias para estabelecer de forma duradoura o Poder em África numa perspectiva de reforço da democracia, de respeito dos direitos humanos e do Estado de Direito, e de institucionalização do constitucionalismo?

Memorando do ateliê 1 (version lue lors de la plénière)

1. Por que razão o « viver juntos » ?

- **Definição** do conceito e explicação da presença do “entre aspas”, uso de Fustel de Coulanges e Ernest Renan.

Ideia adotada: devemos coabitar, então mais vale a pena fazê-lo de forma harmoniosa e sem conflito.

- **Questão:** presença de um participante do Burundi, nos lembrar o caso de Ruanda (genocídio), uma participante Marfinense que traçou as origens do conflito Marfinense, a situação actual no Mali foi abordada...

Em suma, diversos exemplos vieram lembrar que a questão reside na aceitação da diferença, do outro, da alteridade... Caso contrário, a vida nas nossas sociedades seria impossível.

- **Desafio :** Como de qualquer forma estamos condenados a viver juntos, mais vale a pena fazê-lo de forma harmoniosa.

2. Como « viver juntos » de forma harmoniosa ?

- Aceitando a alteridade, a diferença, o outro, deve-se considerar “o outro como a si mesmo”
- **A nossas diferenças podem ser vantagens**, uma fonte de enriquecimento mutual, mas também (infelizmente) uma fonte de conflitos: isto depende de nós. Olhemos o exemplo de Cabo Verde que nos acolhe (e cuja história foi traçada de forma brilhante durante a cerimónia de abertura pela sua Excelência Senhor Presidente da República de Cabo Verde, e lembrado com interesse pelos diferentes participantes cabo-verdianos. Basta andar na rua para constatar a diversidade que transformaram em riqueza)
- Deveria se ordenar o múltiplo, o pluralismo sem negar as diferenças, preservando as identidades próprias a cada comunidade
- Como é possível ? (**ESTRATEGIA**): sem excluir ninguém. Todos os actores devem participar ao processo de decisão para se sentir envolvidos: os “institucionais” como os “não institucionais”, os “fortes” tanto como os “fracos”
- Em suma, deve-se **CONSTRUIR A CIDADANIA**, para torna-la uma realidade tangível, porque para além das nossas diferenças, além da diferença entre o universal e o relativo, existe ou “irredutível humano” que permanece o mesmo por toda parte e aspira a dignidade inerente a todos os humanos
- Como reconstruir a cidadania (para permitir um « viver juntos » harmonioso ?

Durante o workshop, a noção de cidadania foi muito debatida. Chegou-se a um consenso: “etimologicamente, cidadão vem do latim civitas que significa “ter direito à cidade”, hoje em dia implica nomeadamente os direitos de que dispõem os habitantes de um Estado. E conseqüentemente o direito de participar a construção do projecto colectivo de “viver juntos”.

- **Apreciações:** a cidadania está em crise porque:
 - a elaboração das decisões (leis...) exclui uma maioria dos povos.
 - as línguas « oficiais » não são incluídas por uma categoria importante dos povos.
 - Existe um desfasamento entre « as dinâmicas acima » e « as dinâmicas abaixo », o topo e a base.

3. Recomendações:

- «Co-construir» com as bases (e o papel dos actores da sociedade civil é crucial)
- No que diz respeito as línguas : o debate no workshop foi muito estimulante, e chegamos a um consenso. **Existe uma singular falta de pertinência na orga-**

nização do “viver juntos” nas sociedades quando os povos não entendem a língua oficial dos próprios países! Assim convém utilizar línguas locais ou nacionais para construir com os povos. Em 2060, deve-se garantir que estas línguas africanas sejam levadas em conta na cena internacional. Entretanto, seria absurdo negar que as línguas inicialmente europeias também se tenham tornadas nossas. Esta conferência não se podia ter realizado corretamente sem o uso do português, do francês e do inglês

- Além disso a filosofia da Aliança consiste no enraizamento e enriquecimento ». Devemos transformar em riqueza a nossa compreensão de várias línguas que nos dá uma abertura para o mundo.
- Por isso a educação tem um papel crucial : a educação permite com o tempo, de solucionar os problemas elementares de subsistência, assim como transmitir o sentimento de cidadania.

E este seria impossível sem os **valores e princípios partilhados**

A palavra “partilhada” está realçada que implica que os cidadãos, os habitantes, os indivíduos, os actores **se identificam um ao outro**, e neste caso **constroem juntos** estes valores e princípios. (na ideia de partilha, existem as ideias de conhecimento, de aceitação e de participação).

4. Quais são estes valores e princípios partilhados?

- Como identificar ou eventualmente construir, « inventar » esses valores e princípios ?
- Resposta do workshop : (**ESTRATÉGIA**) « tirando o melhor proveito da tradição e da modernidade »
- Resultado do « exercício »: Estes diferentes valores foram descritos como valores “africanos” :
 - **A solidariedade:** e o vínculo de compromisso e dependência mútua entre as pessoas
 - **A tolerância:** é a virtude que leva a aceitar o que não teríamos aceitado de forma espontânea. (Respeito pelos outros e as suas crenças)
 - **A justiça** : Princípio jurídico e moral fundamental em virtude do qual as acções humanas devem sancionar positivamente ou negativamente em função do mérito nos termos da lei e da moral (que implica justiça social, igualdade, igualdade de oportunidades, equidade, ética...)
 - **A responsabilidade** (individual e colectiva...) : o dever de responder por suas acções. (« co-construir » com os povos, caso contrario a governação não seria possível)

5. Como partilhar estes valores e como protege-los ?

- Uma declaração de facto : **não se poder partilhar e proteger com eficácia numa língua e conceitos exógenos**. Deve-se necessariamente recorrer aos conhecimentos locais endógenos sem perder as línguas e conceitos inicialmente impostos e que hoje tornaram-se nossas
- **Estratégias : co-construir** os valores e implicar as populações na necessidade de **divulga-los e protege-los**
- **Mas como?** Utilizando as estruturas tradicionais : chefes costumeiros e tradicionais, autoridades religiosas... Associando activamente as mulheres, os jovens...
 - **A formalização** : é necessário registar os resultados por escrito numa declaração que poderia conduzir a criação de um código de boa conduta, uma carta, ou seja criar mais tarde disposições normativas (Constituições, leis, regulamentos)
 - A divulgação : foi proposto criar uma rede (uma convenção) das organizações de sociedade civil (que se reconhecem nesses valores) com a finalidade de partilha e de consolidação dos nossos trabalhos
 - **A regulação institucional** e inevitável. E necessário um « lobby » para obter uma melhoria das legislações nacionais no sentido de uma melhor protecção dos valores. As jurisdições devem ser usadas no casos de desrespeito
 - A regulação não institucional deve ser « inventada » :

Uma **Convenção das sociedades civis africanas** poderiam estabelecer células para medir de forma regular o respeito destes princípios; organizar concertações e conciliações quando o “viver juntos” está ameaçado, para antecipar os conflitos e alertar as opiniões públicas, os poderes públicos, e as autoridades tradicionais quando for necessário. (Exemplo do Ruanda, da África do Sul, da Costa de Marfim).

Conclusão final:

- **Objectivos** : boa governação, democracia, Estado de direito, respeito dos direitos humanos... para garantir um bem-estar colectivo e individual
- **Exemplo de sucesso do « viver juntos » : Cabo Verde.**

Ateliê 2: Tirar o melhor proveito da tradição e da modernidade, reconhecendo o pluralismo jurídico

Resumo introdutivo

Contexto / problemática

A divulgação dos modelos jurídicos no mundo não é um fenómeno recente. Ela é, seguramente, acelerada pela globalização que suscita essencialmente a problemática do diálogo das culturas jurídicas, mas a África está confrontada com esta divulgação há já muito tempo devido a sua história particular ligada à colonização. Os esforços para a "modernização" e a unificação do direito não conduziram à total extinção dos sistemas jurídicos que precederam à criação dos Estados independentes. Juntamente com o Direito estatal, muitas vezes importado, subsistiram nomeadamente sistemas tradicionais (constituídos ao mesmo tempo por normas apoiadas e normas implementadas pelas autoridades) que permaneceram mais ou menos fortes em função dos países e das áreas (por exemplo, em matéria de propriedade de terras, de estatuto pessoal ou na área dos negócios).

A coexistência de sistemas jurídicos traduz uma situação de pluralismo de grande complexidade que põe em causa a legitimidade dos modelos jurídicos importados. Ela dá origem a fenómenos de "inter-normatividade" dinâmica em que os sistemas jurídicos não são estáticos e estão em permanente transformação devido às evoluções dos comportamentos dos actores, das necessidades e dos valores sociais. As práticas concretas dos actores, através da hibridação, criam ligações entre as ordens jurídicas ou realizam uma "combinação normativa" que tornam obsoletas os trâmites opondo tradição e modernidade no domínio do direito. As

relações entre os sistemas jurídicos em presença, não respondem ao antagonismo muitas vezes alegado entre os costumes supostamente ideais, e um sistema do Estado diabólico, nem inversamente, entre os costumes retrógrados, obstáculos à unidade nacional, ao desenvolvimento e à modernidade e o sistema de Estado centralizador, civilizador e uniformizador. Pelo contrário, os costumes não são estáticos e são de facto fenómenos dinâmicos que surgem devido a uma contraposição de forças, de uma necessidade social em evolução. Ao mesmo tempo, o sistema jurídico do estado não se resume apenas em normas estagnadas, ele evolui através da aplicação ou interpretação que se adaptam às épocas ou contextos particulares.

A regulação jurídica transforma-se numa fonte de insegurança quando não é capaz de identificar e perceber estas situações de pluralismo. A observação na área fundiária é reveladora deste risco de insegurança; neste domínio, a pouca consideração da diversidade dos valores, das normas e dos actores envolvidos, resulta em conflitos complexos. Da mesma forma, no que diz respeito a protecção dos direitos da mulher ou das crianças, a maioria dos Estados têm dificuldades em adoptar e efectivar as reformas empreendidas apesar da assinatura e ratificação de convenções internacionais.

Os sistemas jurídicos africanos devem portanto responder a um duplo desafio :

- No plano interno, trata-se de preservar a unidade do direito, criando ao mesmo tempo um espaço para a diversidade de

culturas jurídicas, tendo em conta a pluralidade de normas e de autoridades encarregues de as aplicar; trata-se de construir uma nova ordem jurídica articulando sistemas jurídicos plurais para promover o que se tem chamado de “pluralismo de coordenação”, “interacção constructiva”, “inter-culturalismo”, “pluralismo ordenado” ou ainda “pluralismo de cooperação”

- No plano internacional, trata-se do desafio da compatibilidade, por um lado, entre as transformações internas aos Estados que resultam de experiências de pluralismo, e por outro, das disposições normativas internacionais, ou seja a articulação possível entre valores (por exemplo a igualdade dos sexos, o direito de propriedade individual), princípios de coordenação e modalidades diferenciadas e adaptáveis, de implementação segundo os contextos nacionais e locais.

A análise do pluralismo em termos de cooperação e de coordenação dos sistemas jurídicos, focaliza-se mais na valorização das interacções práticas entre as normas e as autoridades que as implementam, concretamente entre Direito estatal e Direito costumeiro, entre justiça estatal e “justiça costumeira” (em particular a mediação social). Ela procura identificar as aculturações recíprocas susceptíveis de melhorar a qualidade da coabitação e do enriquecimento mútuo. Uma tal mudança de perspectivas permite de confrontar os sistemas jurídicos e judiciais com as mesmas exigências, procurando na utilização das normas as suas compatibilidades, legitimidades e eficiência, assim como as suas complementaridades na aplicação da justiça. Trata-se então de saber como criar um quadro pluralista coerente no qual:

- Os cidadãos têm a garantia de um acesso real, justo e equitativo à justiça, seja qual for o sistema judicial ao que recorrerem

- As instituições e as autoridades judiciárias, estatais e extra-estatais, cumprem as condições que garantem a sua legitimidade e submissão efectiva ao Direito
- Os cidadãos têm a garantia de beneficiar de uma segurança jurídica e judicial, de um Direito que protege os seus direitos, seja qual for o sistema jurídico aplicável.

Questões a debater :

- Os sistemas jurídicos, tanto estatais como tradicionais, garantem um acesso efectivo, justo e equitativo à justiça? E como se pode valorizar a complementaridade da pluralidade dos juízes para reforçar este acesso? Será possível, por exemplo recorrer as “justiças” costumeiras para colmatar a falta de oferta da justiça estatal melhorando as condições de desempenho das “justiças” costumeiras e criando assim as condições de uma equivalência qualitativa entre os sistemas judiciais?
- Como reforçar a legitimidade de cada instituição ou autoridade encarregue da aplicação da justiça, eliminando as imperfeições que pesam nesta legitimidade? Como garantir a submissão de cada ordem judiciária ao Direito, assegurando-se que seja examinada em função da normatividade jurídica, respeitando padrões comuns definidos a nível nacional e, compatíveis com os textos internacionais?
- Como garantir aos cidadãos uma equivalência de segurança jurídica e judicial, em todas as ordens jurídicas e judiciais? Como garantir que as decisões tomadas por cada ordem judicial sejam baseadas em normas previsíveis e não sejam postas em causa? Quais são as articulações entre os sistemas jurídicos para se evitar sobreposições de leis, que fragilizam os direitos das partes em litígio?

Memorando do ateliê 2

1- Problemas e Desafios

Questão central: Como criar e implementar num pluralismo normativo e institucional, modos de governação legítimos e eficazes que possam favorecer o desenvolvimento?

Questão 1: Favorecer o desenvolvimento dos Estados Africanos:

- As possibilidades de criar infraestruturas de grande envergadura, de fazer investimentos de larga escala, de realizar um planeamento equilibrado do território nacional, de garantir a segurança alimentar, de lutar contra a pobreza e o desemprego, de realizar um desenvolvimento sustentável são ligadas à uma compreensão e um domínio partilhado entre os actores institucionais e não institucionais, da questão latifundiária que por enquanto, sofre de um pluralismo jurídico institucional mal gerido.

Questão 2: Favorecer a paz social e uma verdadeira estabilidade política nas sociedades africanas:

- Na área familiar, por exemplo, a tomada em conta, dos modos legítimos para a resolução de conflitos familiares, favorecerá uma gestão mais pacífica dos conflitos ou litígios familiares
- Levar em conta a diversidade ou os modos tradicionais de regulação, permitirá de assegurar um melhor controlo do poder nomeadamente do poder político
- Levar em conta os modos tradicionais de regulação social permitirá um melhor acesso ao direito e à justiça
- Levar em conta ao mesmo tempo, os aspectos positivos dos modos de regulação tradicionais e os aspectos positivos dos modos de regulação modernos, favorecerá uma melhor protecção dos direitos de determinadas categorias sociais, tais como as mulheres e as crianças
- A implementação das normas e instituições legítimas facilitará uma melhor institucionalização da cidadania, da tolerância e aceitação da diversidade, a oportunidade de construir a unidade no direito de ser diferente
- Preparar melhor a juventude africana a ser um actor construtivo, num mundo plural e dinâmico

Desafios:

- Levar em conta as especificidades e realidades das sociedades africanas, de acordo com as normas internacionais

- Conciliar as diferentes representações dos papéis e funções de conceitos como o poder, a terra, a família, a justiça
- Evitar a instrumentalização das particularidades étnicas ou regionais susceptíveis de prejudicar a estabilidade política e paz social
- Adaptar os modos de regulação, tendo em conta, as rápidas evoluções das sociedades

2- Tendências e Evoluções:

- Persistência do desfasamento entre os sistemas oficiais e práticas sociais
- Mundo Contemporâneo marcado por uma evolução rápida das sociedades, em matéria de demografia, migração, urbanização, educação, alfabetização e globalização
- Incapacidade dos sistemas oficiais a regulamentar os vários tipos de conflitos e, daí a tendência dos particulares a recorrerem aos métodos tradicionais de regulação
- A nível latifundiário: apropriação das terras com finalidades especulativas ou para investimentos
- Tendência para legislar mais em função da demanda internacionais e por imitação em detrimento das realidades nacionais
- Concorrência mundial entre sistemas jurídicos (por exemplo, sistemas *de "common law"* e Sistemas de inspiração Romano-Germânico)
- Por vezes, o enfraquecimento das estruturas de regulação tradicionais, sem o controlo das consequências (por exemplo, o enfraquecimento de estruturas religiosas, abrindo a porta para o integrismo)
- Adopção das normas regionais de convergência constitucional e desenvolvimento do direito comunitário

3- Vantagens:

- A existência de origens culturais comuns na maioria dos países, apesar da diversidade de situações, pode constituir as bases para uma legislação comum
- O início conscientização e vontade política nacional e internacional em matéria de regulamentação eficaz de certas questões tais como a questão latifundiária ou dos recursos minerais pode permitir a integração das preocupações de diver-

sidade, de legitimidade e de eficácia nas novas normas e instituições que se encarregarão dessas ditas questões

- A existência das segundas câmaras parlamentares em vários países africanos oferece a possibilidade de considerar a diversidade nas instituições políticas
- A existência de modos de regulação antigas eficazes que não devem ser integradas tais como são, nos sistemas modernos, mas, cujas funções podem ser tomadas em consideração.

4- Objectivos estratégicos e ações estruturantes

Objectivo Estratégico 1: Contribuir para o conhecimento e reconhecimento das instituições e modos tradicionais de regulação

- **As acções decorrendo deste objectivo estratégico:**
 - Investir na pesquisa interdisciplinar sobre os modos e instituições tradicionais de regulação
 - Integrar nos sistemas educativos do estudo dos modos e instituições tradicionais de regulação
 - Utilização das línguas nacionais nos sistemas educativos, administrativos e outros
 - Identificação origens comuns de normas com finalidade de os valorizar no processo de promulgação de normas de regulação ao nível nacional regional e internacional

Objectivo estratégico 2: Transformar os processos de descentralização no motor da regulamentação da diversidade

- **As acções decorrendo deste objectivo estratégico:**
 - Descentralizar a função de promulgação de normas no âmbito de princípios acordados
 - Identificar mecanismos de complementaridade entre os modos institucionais e tradicionais de resolução de conflitos.

Objectivo Estratégico 3: Fazer emergir melhores modalidades de regulação do poder político tirando o melhor proveito da tradição e da modernidade

- **As acções decorrendo deste objectivo estratégico:**
 - Transformar as constituições africanas em instrumentos eficazes de prevenção e resolução de litígios políticos tirando o melhor proveito da tradição e da modernidade.

- Integrar nas constituições africanas, a prevenção e a resolução de conflitos políticos através do envolvimento dos actores não políticos (Comitê dos anciões, por exemplo).
- Adotar modos de seleção de líderes políticos ou de gestão do poder político que inclua a limitação do poder executivo, a partilha deste poder entre varias famílias políticas, assegurando ao mesmo tempo no seio do sistema, capacidades reais de controlo e criticas necessárias a uma sociedade que vai na direcção da boa governação.

5- Funções e responsabilidades dos atores

- **O Estado** deve ser o **regulador** da diversidade; Ele deve aceitar a partilha do seu poder de promulgação de normas em particular, de regulação em geral, com outros actores (autoridades locais, célula familiar, comunidades tradicionais ou religiosas...) . Deve garantir uma verdadeira descentralização e admitir o máximo a liberdade de escolha de legislação ; o Estado também deve ser **protector em** relação as ameaças que afetam as sociedades (protecção latifundiária, protecção das camadas mais fracas como as mulheres e crianças, frente à regulamentações por vezes retrógradas
- **As instituições de integração regional** devem desempenhar um papel regulador através da competência de promulgação de normas comuns (por exemplo, em matéria constitucional, respeito pelos princípios democráticos, transparência na gestão dos assuntos públicos...) ou das orientações políticas comuns em determinados assuntos, como a gestão e protecção dos recursos comuns e recursos mais expostos à concorrência mundial (por exemplo, a área latifundiária)
- **As colectividades na base** (as autoridades locais, comunidades de base) devem ser capazes de exercer competências normativas em determinadas áreas (por exemplo, latifundiária, gestão do meio ambiente e dos recursos, determinados assuntos familiares); participar na resolução de conflitos, a ser representadas no seio das instituições do Estado (por exemplo, segundas câmaras parlamentares) e influenciar a definição das políticas económicas e sociais; elas têm um papel especial a desempenhar na educação para a cidadania e para a promoção de valores positivos (responsabilidade, respeito do bem comum ...)

Ateliê 3 : Reconstruir o Estado africano pós-colonial através da descentralização e da integração regional

Resumo introdutivo

Contexto / problemática

A África está passando por uma crise da governação fortemente ligada a crise do Estado, tal como existe e funciona no continente. O Estado ainda conhece muitas dificuldades em criar e conduzir políticas de desenvolvimento que garantem de forma duradoira a estabilidade e a prosperidade das sociedades, e portanto, o bem-estar e a segurança das populações.

Esta crise estrutural exige uma reconstrução do Estado que supõe que sejam repensados os papéis e as relações entre os actores nos diferentes níveis local, nacional e regional. Ou seja, o Estado africano pós-colonial deveria ser repensado e redefinido em conformidade com a descentralização e a integração regional. Assim, a reconstrução do Estado, a descentralização e a integração regional devem resultar de uma dinâmica de mudança global.

Tradicionalmente as problemáticas de governação são analisadas de forma fechada a nível local, nacional e regional. Isto explica em parte o fraco desempenho das políticas de integração quer a nível nacional quer a nível regional. Trata-se agora de mudar de perspectiva: a governação local deve permitir aos níveis nacional e regional de enfrentar os desafios sociais, políticos e económicos que enfrentam. Assim através da sua capacidade potencial em legitimar e vincular as formas e os sistemas de gestão dos assuntos públicos a todos os níveis, o nível local é seguramente o nível estratégico da reconstrução da governação. Através da valorização do nível local, a África pode respon-

der a crise de legitimidade do Estado pós-colonial e reforçar a integração regional.

Reconstruir o Estado africano pós-colonial através da descentralização

O nível local possui a capacidade de reconstruir o Estado pós-colonial através da democracia local e do desenvolvimento territorial. Isto explica certamente o facto de que, a maior parte dos países africanos com itinerários diferentes e por diversas motivações, lançaram a meio dos anos 90, reformas administrativas no centro das quais se encontravam políticas de descentralização e de desenvolvimento local.

É certo, que foram realizados progressos, nomeadamente na afirmação do princípio de descentralização e de estabelecimento de dispositivos institucionais, em particular as comunidades locais. No entanto, apesar da afirmação e da constante evocação destas hipóteses por parte de todos os actores, os processos de descentralização não parecem definitivamente adquiridos. Para além disso, as instituições e as práticas que originaram, ainda hoje nem sempre são apropriadas à implementação de uma governação local legítima. Finalmente as reformas parecem conhecer algumas reticências e algumas dificuldades.

Pode-se realçar entre outras constatações:

- Os esquemas de descentralização são muitas vezes cópias de modelos exteriores. A governação local é ainda essencial-

mente institucional e as modalidades de deliberação local oferecem poucas garantias de participação e de consideração da diversidade a nível local

- Guiada por considerações mais políticas que políticas, a configuração dos territórios locais não permite muitas vezes a emergência de espaços de desenvolvimento económico ou a consolidação de áreas socioculturais relevantes

- Existe uma real ausência de diálogo e de intercâmbios entre os territórios locais a nível nacional, sub-regional e pan-africano, enquanto isso, uma cooperação descentralizada se desenvolve com as comunidades locais dos países do norte com um conteúdo no entanto mal definido

- A fraqueza crónica e generalizada dos recursos locais é uma realidade. Ela se explica menos pela sua escassez, que pelas percepções e práticas dos actores da governação. Para além disso, ela determina a dimensão e o número de missões afectadas as colectividades locais

- As competências transferidas a nível local não correspondem muitas vezes às capacidades reais das populações e das comunidades locais. Elas dizem respeito as profissões nas quais os poderes públicos não têm competências ou experiências reais

- A questão dos meios e dos instrumentos da descentralização está estreitamente ligada à problemática da governação. Isto explica que a cultura do serviço público se resume muitas vezes a uma percepção clientelista ou demagógica da especificidade do interesse local. Consequentemente, o serviço público permanece inadequado, pouco articulado na sociedade, por vezes desfavorável ao desempenho, e essa crise se manifesta com a falência de um bom número de serviços públicos básicos

Questões a debater :

➤ Como garantir a “socialização” da descentralização para desvincular a reforma da abordagem « administrativa » ?

➤ Como garantir a participação efectiva e benéfica dos cidadãos nos assuntos públicos locais?

➤ Quais são as relações jurídicas, políticas, económicas, financeiras entre o Estado e as colectividades locais?

➤ Como reforçar a eficiência da acção pública local?

➤ Como definir e inserir melhor cada território local no seu contexto (nacional, regional, transfronteiriço, internacional etc.) ?

Reconstruir o Estado africano pós-colonial através da integração regional

A integração regional é um ideal a realizar para o desenvolvimento do continente, para a paz e a estabilidade e finalmente para uma melhor posição da África no mundo.

O desenvolvimento nacional isolado conduz a impasses. O mercado regional constitui o maior e potencial procedência de actividades para o futuro. É também nas perspectivas demográficas regionais que se enquadra a emergência dos intercâmbios regionais a longo prazo. Perante estes desafios o continente deve primeiramente ganhar o desafio da paz e da estabilidade, da segurança e da tolerância. Para o efeito o continente deveria formar um conjunto equilibrado e harmonioso, coerente e se distinguir pela integração regional. Para além disso, uma comunidade africana forte e integrada poderia constituir uma força de negociação no mundo, e deveria permitir a participação do continente no novo sistema, com determinado peso sobre as relações mundiais.

Um tal processo de integração, bastante longo a implementar, carecendo imensos esforços, e sobretudo exigente a nível da

visão e da estratégia, necessita mecanismos técnicos e institucionais fortes baseados num verdadeiro projecto político de governação regional. Nesse sentido, a União Africana foi constituída e adoptou uma agenda sobre a governação; certas comunidades regionais fizeram reais esforços para definir uma visão da integração (Visões 2020 da UEMOA e da CEDEAO); no entanto persistem reais reticências e dificuldades.

– Para além da criação formal de estruturas de integração, dos discursos, das declarações de intenções, da presença nas reuniões e nas sessões das instituições, os Estados tem falhado de uma forma geral e permanente às suas obrigações para com a União Africana

– Este « desinteresse » dos Estados se reflete em várias áreas, particularmente na transferência da soberania, no pagamento das cotizações, na ratificação dos instrumentos jurídicos comunitários, ou ainda no apoio dos projectos pan-africanos e na participação franca e efectiva nas suas implementações

– Os Estados mostram uma indiferença total às eventuais sanções que são ou poderiam ser pronunciadas ao seu encontro. Para além do facto que a União Africana não dispõe realmente de reais poderes de coerção sobre os Estados, constata-se que eles, são mais sensíveis às sanções definidas pelos organismos internacionais

– As instituições regionais e sub-regionais de que os Estados se dotaram, e que constituem os quadros de desenvolvimento e de implementação das políticas comunitárias, mesmo sendo ao mesmo tempo os símbolos desses Estados, estão pouco

relacionadas com os povos africanos. Por esta razão, apesar dos avanços significativos (porém desiguais segundo as regiões) em particular na área da livre circulação de bens, do direito comercial e da moeda, a opinião pública africana ainda considera que os actores institucionais regionais e sub-regionais são muitas vezes estruturas sem consistência, desprovidos de análises reais, dispendiosas e ineficazes

– As instituições comunitárias estão confrontadas com um problema de legitimação que resulta de vários elementos, nomeadamente à ausência de democracia participativa na sua composição e no seu funcionamento, a sua insuficiente abertura, políticas de comunicação e de informação insuficientes, a sua fraca influência sobre os assuntos mundiais, a dificuldade da percepção dos resultados das suas acções, ou ainda o facto de recolherem a expressão das tensões entre os Estados, etc.

Questões a debater :

- Como garantir a « socialização » da integração regional para desvincular a construção comunitária da abordagem puramente institucional?
- Como garantir uma participação efectiva e benéfica dos cidadãos nos assuntos públicos regionais ?
- Quais estratégias devem ser implementadas para se conseguir uma construção comunitária solida e coerente ?
- Através de que processo e mecanismos se deve desenvolver uma visão e políticas africanas legítimas e eficientes ?
- Através de que processo e mecanismos, uma África integrada poderia ter peso na definição e na implementação das políticas mundiais?

Memorando do ateliê 3

1- Contexto e Principais Questões

Se considerarmos a sua localização geográfica (em diferentes sub-regiões) no continente ou a sua cultura administrativa (Francófona, Lusófona, Arabófona, Anglófona) o estado Africano pós-colonial sofre de um déficit de legitimidade que se manifesta por dificuldades reais em garantir a coesão e estabilidade no seu seio, e para atender às necessidades incompressíveis da sua população. Consequentemente, existe um desfasamento entre as realidades institucionais do Estado e a dinâmica das sociedades. A crise do Estado tem como base várias causas, incluindo o fato de:

- O estado pós-colonial é um modelo importado cuja implementação em África muitas vezes ignorou a necessidade de se adaptar à personalidade sociocultural das sociedades e a participação das populações na sua construção
- O estado pós-colonial foi monopolizado e pervertido pelas elites políticas que esvaziaram o modelo importado da sua substância, desviando o seu espírito e sentido, transformando a sua vocação e seus poderes através da gestão patrimonial dos assuntos públicos
- O estado pós-colonial está emaranhado numa crise económica que persiste e tem vindo a aumentar desde os anos 70, e que limitou severamente sua capacidade de intervenção a favor das exigências sociais e do desenvolvimento
- O estado pós-colonial instalou-se numa dependência ideológica e financeira resistente e perniciosa relativamente aos países estrangeiros. Face às suas dificuldades internas, favoreceu o encontro com o exterior (instituições financeiras internacionais, antigas potências coloniais, a doutrina liberal) em detrimento da mobilização das populações e da pesquisa de soluções endógenas
- O estado pós-colonial evoluiu num sistema fechado (democracia formal, e abordagem partidária), que teve frequentemente, como meio de acção contra as aspirações e demandas do povo, a coerção e a violência.

Hoje em dia, a relação entre o Estado pós-colonial e as sociedades africanas parece entrar numa terceira fase (com a esperança da independência, a rejeição da crise, o interesse renovado com a "onda de democratização" e da "Primavera Árabe"). Para reforçar esta tendência, o **Estado deve ser reconstruído para ser:**

- **Um Estado visionário e inteligente.** Deve ser capaz de visão, ou seja, fora da influência do curto prazo e da lógica da emergência, dar-se a um projecto colectivo, inclusivo a longo prazo, assegurando ao mesmo tempo a coerência da sua acção
- **Um Estado capaz de gerir e resolver as crises** sociais, económicas, ecológicas, com meios de regulação por vezes ancorados nos valores e mecanismos

das sociedades africanas, integrando valores universais e os mecanismos internacionais para a resolução de crises

- **Um Estado capaz de atender às necessidades das suas populações** e de lhes oferecer perspectivas e oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico, cultural, científico, etc.
- **Um estado inclusivo** que envolve todos os seus componentes na decisão, e cuja acção é benéfica para todos, sem excepção
- **Um Estado que opera com base em princípios fundamentais** como o consenso, a solidariedade, a justiça e a transparência

A construção deste Estado deve ser alimentada por uma verdadeira prospectiva dinâmica e uma reflexão constante - com a instituição do "think tank" ou "ideia de negócio" - que vai além de curto prazo dos mandatos políticos e seus objectivos de manutenção do poder.

A - Reconstruir o estado Africano pós-colonial através da descentralização

Na tentativa de reconstrução do Estado, a descentralização deve estar no centro do processo. É verdade que, em outras partes do mundo, alguns estados foram construídos para a centralização, vindo a descentralizar-se séculos mais tarde, parece que em África, os Estados em construção - onde a centralização acentuou as dificuldades – devem tentar **construir-se a partir do local**.

No entanto, se a descentralização vem como auxílio, deverá ser na condição de ser um projecto de uma nova sociedade com uma visão compartilhada e um entendimento comum das questões, um projecto eminentemente colectivo, inclusivo e virado para o futuro:

- Que inclui **todos os componentes** da sociedade, do Estado ao indivíduo, na sua concepção e na sua implementação (superando a concepção administrativa e tecnicista de descentralização como é praticada hoje)
- Que visa **mudanças profundas** na vida social, política, económica, cultural, ambiental, etc. (Que não se limita a uma simples transferência de competências e de recursos entre o Estado e as autoridades locais)
- Que sirva para **alavancar uma verdadeira política de planeamento do território e de desenvolvimento económico local** (convergência entre o Estado, as autoridades locais e o sector privado, levando a grandes investimentos, bem como equipamentos estruturantes)

- Que reflecta e afecte o novo papel do Estado refundado e suas relações com os atores, territórios e recursos de toda a ordem (que não se reduza, por um lado, à resistência dos funcionários públicos e do poder político ameaçado, e por outro, às colectividades locais)
- Que seja **uma descentralização multi-nivelada** (autoridades locais base, e autoridades locais intermediárias entre estas e o Estado), de modo a levar em conta a relevância de todos os níveis e conseguir uma relevante cooperação e complementaridade eficaz entre elas
- Que não **seja um modelo a ser replicado** em todos os países, mas que cada estado faça a sua própria descentralização de acordo com a sua própria realidade, e os seus objectivos específicos

Obviamente, o actual processo de descentralização na maioria dos países africanos encontra-se num impasse, já que estes foram incapazes de alterar as relações e as dinâmicas entre o governo, as autoridades locais e as sociedades, de alterar as relações entre o centro e a periferia, de estimular o desenvolvimento socioeconómico dos territórios e da governação em geral (regulação, participação das autoridades tradicionais e religiosas, democracia participativa, etc.)

No entanto, se a descentralização tardar em contribuir para a melhoria do bem-estar das pessoas e das relações entre as diferentes categorias de atores, ela será em breve considerada uma política inútil.

Além disso, uma recentralização da gestão dos assuntos públicos poderá estar na ordem do dia, como já é praticada insidiosamente através de alguns instrumentos e mecanismos centrais de financiamento da descentralização e desenvolvimento local. Finalmente, os estados recentralizados provavelmente enfrentarão o risco de incessantes conflitos sociais e políticos, ou o risco de separação.

Hoje em dia, a África dispõe de activos significativos para, por sua vez, reconstruir as suas políticas de descentralização, incluindo:

- **Uma variedade de experiências** de descentralização com diversas inspirações e níveis variáveis de avanço. Essas experiências podem ser capitalizadas, compartilhadas e difundidas, e permitir que cada país aprenda com os seus sucessos e os seus fracassos
- **Um dinamismo da sociedade civil e um despertar da consciência** das populações cada vez mais interessadas na gestão dos assuntos públicos, e sedentas de participação
- **Uma proclamação formal** (inclusive nas constituições) e um **compromisso firmado dos Estados** com uma organização descentralizada
- Uma tomada de consciência das instituições de integração, do interesse do local e das políticas de descentralização (UA com a carta da governação local e a

Convenção Africana para a cooperação transfronteiriça, UEMOA com a plataforma das colectividades territoriais, etc.)

Com base na visão e activos acima referidos, poderão ser definidos os seguintes **objectivos estratégicos**:

Construir políticas de descentralização, inclusivas, consensuais, capazes de suportar os objectivos de mudança das sociedades africanas, incluindo:

- O surgimento de resistência e mal-entendidos em redor da descentralização (construir uma **visão política colectiva e um entendimento partilhado** da descentralização; uma direcção independente dos processos)
- A integração das **línguas nacionais** nas conciliações institucionais e no processo de concepção e implementação da descentralização
- O aprofundamento da **democracia participativa** nas áreas locais (espaços e mecanismos de intercâmbio estabelecidos entre as comunidades locais e as diferentes categorias de atores; modos de regulação e de gestão que criem confiança entre todos os atores locais)

a.1. Melhoria da engenharia institucional e controle do processo de descentralização, especialmente através de:

- **Fortalecimento dos recursos estratégicos** e da capacidade de acção do Estado para iniciar e conduzir o processo descentralização (vontade política, estratégia, agenda, financiamento)
- Fortalecimento dos recursos estratégicos e da capacidade de **acção das colectividades locais** (autonomia política, jurídica, financeira (reforma fiscal, perequação), administrativa das colectividades locais)
- Participação efectiva das **colectividades locais** no **desenvolvimento de políticas nacionais** de desenvolvimento socioeconómico através da sua representação eficaz no seio das instituições do Estado (instituição específica ou parlamento).

a.2. Levar a cabo uma descentralização que promove e impulsiona o desenvolvimento económico e social dos territórios, nomeadamente pelo:

- **Envolvimento do sector privado** na definição e execução das questões de desenvolvimento local
- **Desenvolvimento das PME/PMI** e do empreendedorismo local para trazer o desenvolvimento local

B. Reconstruir o estado pós-colonial através da integração regional

A integração regional é a 1ª política a realizar para reconstruir o Estado africano pós-colonial. Tendo em conta a dinâmica mundial e as novas orientações dos seus parceiros, a África já não tem opção de escolha entre a "integração adequada" e "integração imposta". Num contexto de globalização e liberalismo dominante, o risco da não integração comprometerá a soberania dos Estados, condenados a lidar sozinhos com as grandes potências estrangeiras e ao conjunto dos outros continentes.

Além disso, as dificuldades do Estado pós-colonial tendem a aumentar dramaticamente. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao desenvolvimento, a fraqueza das economias nacionais e a pequena dimensão dos mercados internos não podem fazer face às questões e desafios actuais. Em segundo lugar, face à insegurança organizada em rede, que transcende fronteiras, os Estados isolados terão grande dificuldade em assegurar a paz e a estabilidade no seu território. Finalmente, a conjugação das duas dificuldades acima poderá levar à "re-colonização" do continente africano pela presença de exércitos estrangeiros - obrigados a intervir para garantir a segurança dos seus estados - e à apropriação dos sectores produtivos e recursos naturais pelas potências estrangeiras.

Portanto, os africanos devem tomar a iniciativa de elaborar e implementar **uma verdadeira política de integração regional e sub-regional, simultaneamente construída para "cima" e para "baixo"**, e que será:

- **Um factor de desenvolvimento** (com instituições de integração muito mais eficazes, e cujas acções têm um impacto positivo na vida das populações)
- **Um factor de paz e de segurança** (com instituições capazes de retirar os Estados da lógica de confronto armado, e gerir as crises através do diálogo e mediação)
- **Um factor de fortalecimento do Estado** (economias de escala, a complementaridade e a partilha de recursos, co-gestão recursos partilhados)
- **Um factor de integração no mundo** (uma força de negociação e de propostas face resto do mundo)
- Uma integração em que **tanto as populações como as sociedades africanas** se reconhecem (instituições e políticas de integração conhecidas e aceites pelas populações, porque lhes são rentáveis, e porque estão envolvidas na sua construção e implementação)

Neste projecto, apesar dos obstáculos encontrados desde o lançamento do processo de construção da comunidade, a África tem vantagens significativas, incluindo:

- **Os laços sociais e culturais** que transcendem as fronteiras herdadas da colonização

- **A mobilidade das populações** africanas, especialmente em áreas fronteiriças
- **O dinamismo das trocas**, mesmo que informais, de ambos os lados das fronteiras (comércio, serviços, emprego, etc.)
- **As diversas experiências de integração** nas diferentes sub-regiões e a trajetória da UA, que contém lições para o futuro
- **As experiências de integração em outras partes do mundo** podem enriquecer o projecto de integração do continente das diferentes sub-regiões
- **O compromisso declarado dos Estados e sua consagração formal** - incluindo nas constituições - para alcançar a integração regional e sub-regional

Para que o projecto de integração se realize de forma harmoniosa e eficaz, e, para reconstruir o estado pós-colonial, é importante alcançar os seguintes objectivos estratégicos:

b.1. Melhorar as percepções e as estratégias para a integração regional e sub-regional, nomeadamente através de:

- uma "**re-conceptualização**" das noções de Estado e de integração em relação à nova visão e aos objectivos de integração (sair do conceito "Estado = governo, e " integração = instituições e instrumentos para chegar a um Estado e uma integração que se refere às populações)
- Uma **territorialização** das políticas comunitárias e de integração (para dar vida à forte ligação entre a descentralização e integração regional)
- Uma **socialização** dos processos e uma democratização das instituições de integração regionais e sub-regionais (eleição de parlamentos, uma representação das diferentes categorias de actores)
- A construção de uma cultura de inclusão (programa escolar que integre a problemática, a mobilidade escolar e universitária)
- A **transparência** na implementação da integração e no funcionamento das organizações de integração regionais e sub-regionais através duma comunicação adequada e informação permanente sobre os processos, os projectos e as realizações

b.2. Fortalecer a engenharia institucional e o controlo da integração regional e sub-regional, nomeadamente através de:

- fortalecimento dos recursos estratégicos e dos meios de acção das organizações regionais e sub-regionais de modo a concluir os processos e as políticas de integração

- fortalecimento dos recursos estratégicos e da capacidade de acção do Estado para aderir e participar dos processos das políticas de integração regionais e sub-regionais
- o **estabelecimento de redes e espaços regionais temáticos** e socioprofissionais, conectados aos territórios e às instituições nacionais, sub-regionais e regionais (sector privado, universidades, partidos políticos)

b.3. Realizar uma integração regional e sub-regional orientada para o desenvolvimento do continente e dos territórios, através de:

- O desenvolvimento de instalações estruturais e de projectos territoriais para um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, benéfico para todos
- O desenvolvimento da cooperação transfronteiriça e o melhoramento da prestação de serviços públicos básicos nessas áreas

2- Papel e responsabilidades dos actores

- **O Estado** deve iniciar, monitorar, facilitar e apoiar o processo de mudança desejada por todos os actores
- **O sector privado** deverá continuar a fazer negócios, contribuindo para atender às questões das políticas públicas, incorporando a problemática do financiamento e destas políticas no seu "Doing Business"
- **As elites intelectuais** devem constituir-se em "think tank" para uma prospectiva contínua e uma reflexão permanente sobre os problemas e desafios da África, e desenvolver propostas para resolvê-los
- **A sociedade civil** deve garantir a sensibilização das populações e constituir-se numa força contínua de controlo, de interpelação e de apresentação de propostas
- **As autoridades tradicionais e religiosas** devem assegurar a regulação, a mediação e a consciencialização
- **Os partidos políticos** devem incorporar as questões de descentralização e de integração nos seus projectos, bem como sensibilizar os seus membros
- **As organizações de integração** regional e sub-regional, devem facilitar e impulsionar o processo de integração, de acordo com a mudança desejada pelo conjunto de actores.



Ateliê 4 : Promover uma gestão adequada e inclusiva dos assuntos públicos

Resumo introdutivo

Contexto e problemática

As questões relativas a gestão dos assuntos públicos permaneceram durante muito tempo o monopólio de uma pequena minoria da sociedade, mais concretamente as elites administrativas, políticas, intelectuais e económicas. Esta exclusão de importante um número de actores beneficiava ao jogo político com os seus sistemas fechados, com sistema administrativo mimético que destaca os técnicos administradores, que decidem de tudo sem uma real consultação ou envolvimento das populações interessadas. Assim as relações entre governantes e governados resumem-se à uma relação de chefia e obediência, o que resulta na fragilização da legitimidade do Estado e da eficiência da acção pública.

É evidente que a governação não admite nenhuma forma de exclusão. As sociedades e as legitimidades que dela resultam, as organizações e os representantes que se atribui, os partidos políticos e os responsáveis escolhidos, o Estado e as instituições instauradas, e cada individuo o desejando, devem ter a possibilidade e a garantia de se expressar e intervir nos assuntos públicos, ou seja participar activamente na definição e na execução do projecto colectivo de governação. A noção de governação reflete a policentricidade dos regulamentos de uma acção pública em que a elaboração das formas de governação escapa à hegemonia do Estado, que deixou de ser considerado como o único protagonista da acção pública.

A parceria entre os actores está portanto no centro da governação moderna, quer a nível dos serviços básicos – água, saneamento, segurança, educação, saúde, etc.. – quer a nível do desenvolvimento económico.

1. Envolver todos os actores da sociedade na gestão dos assuntos públicos

Qualquer governação para ser legítima deve ser construída a partir de processos inclusivos. Em consequência, é necessário suprimir a formação de guetos e a divisão da governação que cria diferenciação entre as categorias de actores e legitimidades. Trata-se então da consciencialização de que a governação não é um assunto exclusivo das instituições públicas - locais, nacionais ou internacionais - nem dos grupos sociais ou políticos dominantes. Paralelamente, não deve existir uma categoria de actores passivos, simples destinatários e consumidores das políticas públicas, ou ainda tipos de legitimidade de carácter estritamente “informal” a nível da governação, mesmo que sejam essenciais para a sociedade.

Questões a debater :

- Que espaços e mecanismos permitem garantir a deliberação inclusiva e consensual, e a cogestão dos assuntos públicos ?
- Que valores e princípios orientadores para garantir uma gestão em parceria dos serviços e dos bens públicos?

- Como preparar e reforçar cada categoria de actores a participar na gestão dos assuntos públicos e a assumir as suas responsabilidades com ética e eficácia?

2. Inventar uma nova forma de conceber a gestão dos assuntos da comunidade

A democracia representativa é suposta organizar a representação dos diversos interesses e corrente de opiniões no seio das instâncias de poder (executivos e legislativos) ; embora o seu funcionamento actual em vários de países tem tendência a limitar esta representação : forma de escrutínio excluindo as minorias, bloqueio dos mecanismos de alternância, supremacia das maiorias no seio das instituições etc. A África deve encontrar uma melhor forma de desenvolver perspectivas políticas. Os programas não devem ser elaborados pelos dispositivos dos partidos políticos que por vezes, são exclusivamente instrumentos de conquista do poder que aproveitam ao dirigentes que têm como único projecto o acesso ao poder para usufruir dos bens públicos. Os projectos de sociedade e os programas que resultam da democracia representativa devem refletir as aspirações de toda uma sociedade.

Questões a debater :

- Como reforçar a viabilidade e a perenidade das nossas democracias representativas num contexto de desenvolvimento da democracia participativa ?
- Como garantir a promoção da representação das minorias, da paridade e dos grupos mais vulneráveis no seio das assembleias representativas ?
- Quais são os sistemas de representação apropriados para as sociedades africanas, incluindo as legitimidades religiosas e tradicionais ?
- Como construir consensos entre todas as categorias e a todos os níveis, em torno de preocupações comuns ?

3. Basear-se numa sociedade civil activa para uma gestão pública mais justa

A acção do governo e da administração deveria em princípio ambicionar a satisfação do cidadão, podendo somente com ele ser apreciada, medida e concretizada. Isto supõe o envolvimento do cidadão, tendo em conta as suas aspirações desde a elaboração até a implementação das políticas públicas. A este respeito, os cidadãos no quadro da sociedade civil, através das organizações que criam, devem dispor de um direito de participação na elaboração ou avaliação das políticas públicas. Este direito de participação necessita para seu exercício efectivo, eficaz e eficiente, que os cidadãos disponham de meios de acção necessários, em ocorrência uma solida consagração normativa deste direito associado à uma suficiente proteção do direito à informação e de outros direitos cívicos conexos.

Questões a debater :

- Como racionalizar a sociedade civil e reforçar a sua instituição (conhecimentos e reconhecimento por parte das outras categorias de actores, nomeadamente as instituições públicas) ?
- Como reforçar as capacidades de participação dos actores da sociedade civil, em particular em matéria de desenvolvimento e de controlo da acção pública ?
- Quais são as ferramentas de formação e de informação dos actores da sociedade civil ? Como otimizar a utilização dos NTIC, por exemplo em matéria de avaliação das políticas publicas ?

4. Formar gestores públicos ao serviço da sociedade

O serviço público necessita a todos os níveis, de agentes competentes que entendem e conhecem a sua sociedade, e que têm adquirido uma concepção do Estado ao serviço das pessoas que evolui conforme as necessidades e

os desafios que impõem as mudanças no mundo. A formação deve desempenhar um papel importante nesse sentido. As diversas instituições de formação na área dos assuntos públicos em África foram criadas no quadro dos Estados autoritários, essencialmente utilizadas como moldes conservadores para a formação das elites públicas. Os encorajando para um atitude de comando mais do que de serviço para com os cidadãos. Este sector de formação permanece um monopólio dos Estados. As reformas a este nível se operam sem o controlo dos cidadãos. Sob a influência da onda neo-liberal, os investimentos privados em matéria de formação, são essencialmente focalizados

nas carreiras do mercado, negligenciando os assuntos públicos.

Questões a debater :

- Quais são os valores e princípios a introduzir na formação dos agentes públicos para uma gestão adequada, racional e eficaz do interesse geral ?
- Como estabelecer uma rede inter-africana de formação na área dos assuntos públicos associando ao mesmo tempo a Associação das Cidades Africanas (CGLU – Africa), os centros e os institutos de formação dos funcionários territoriais e as Escolas nacionais de administração existentes ?

Memorando do ateliê 4

1- Contexto e problemática

A gestão dos assuntos públicos em África está sujeita a várias análises, as vezes é descrita como baseada no modelo colonial, as vezes como vitimas do peso das alianças comunitárias ou até mesmo apresentando uma total opacidade.

Os assuntos públicos são geridos em vários países africanos por uma elite administrativa e política, muitas vezes tentada de tornar esta situação rentável, excluindo assim o cidadão, que no entanto é o destinatário inicial deste serviço público.

A gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos em África requer a responsabilização pelos problemas e desafios:

- A reapropriação do Estado pelos cidadãos. Em muitas situações na África os povos continuam a ver no Estado, não a instância distribuição de serviços públicos, mas sim como um corpo estranho cuja "utilidade" ainda não foi entendida
- A reforma do sistema político. O sistema político em vigor na maioria dos países favorece o desenvolvimento da corrupção, nomeadamente a corrupção social e política baseadas em estratégias de apropriação de bens e cargos públicos. Reformas substanciais deveriam ser realizadas para rever o sistema e os mecanismos de representação das populações nas instâncias públicas. Trata-se de analisar as modalidades de eleições legislativas, senatoriais e locais e os tipos de instituições representativas a serem adoptadas

- A erradicação do património e da apropriação dos bens públicos
- A avaliação efectiva das políticas publicas
- A neutralidade da administração e a não subserviência das instituições parlamentares e judiciais
- A educação do cidadão e a adopção de códigos de conduta operativo
- Promover a transparência e lutar contra a corrupção, a extorsão,...

São necessárias para este efeito, leis eficazes e deve-se desenvolver comportamentos exemplares a nível dos cidadãos e sobretudo desenvolver a eficácia de um Estado de direito. Ao mesmo tempo e necessário trabalhar para uma mudança de comportamento dos cidadãos em relação as mas práticas. Deve-se promover os valores de ética, integridade, honra, responsabilidade, respeito do bem colectivo, dignidade etc. A utilização das TICs para estabelecer os sistemas de transferências administrativos e financeiros transparentes e permitir o acesso dos cidadãos a informação para garantir o acompanhamento e o controlo cívico eficaz. E com razão, a promoção dos valores africanos é considerada como um meio de lutar contra esta corrupção.

O acesso a informação é também um problema que enfrenta a sociedade civil. De facto as disposições jurídicas que consistem na classificação de certos casos administrativos são muitas vezes utilizados pelo Estado como subterfúgio para impedir a sociedade de aceder à informação.

2- Os desafios da promoção da gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos em África

Na processo de promoção da gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos, a maioria dos países africanos devem enfrentar um certo número de desafios entre os quais, a tomada em consideração a nível das instituições públicas, das legitimidades tradicionais que influem a governação.

O outro desafio consiste em conseguir uma apropriação das instituições governamentais pelas populações africanas. De facto o Estado e o sistema política ainda são em muitos casos considerados como exógenos as populações.

O financiamento autónomo dos OSC para garantir-lhes a perenidade e uma independência assumida também constitui um outro desafio. Este desafio é relacionado a responsabilização pelas necessidades económicas cívicas através de um financiamento endógeno do processo de participação civil.

3- As tendências de evolução observadas demonstram que o esquema colonial caracterizado pelo Estado hegemónico, um agente público encarregue do comando e um ci-

dadão passivo e obediente está mudando tendo em conta os efeitos da mundialização e das novas dinâmicas locais que tendem a reduzir o seu campo de poder e acção.

A outra tendência observada é a existência de um dinamismo estruturante na composição e no funcionamento da sociedade civil africana ; Depois de ter identificado pelo menos quatro tipos de sociedade civil (sociedade civil governamental, sociedade civil de oposição, sociedade civil de inteligência, sociedade civil de convicção), é importante realçar a emergência em África de organizações cívicas básicas e movimentos cívicos que traduzem emergência de uma nova cidadania. Estas organizações básicas terão que constituir verdadeiras forças impulsionadoras para tornar a sociedade civil mais credível e mais legítima.

O facto de realçar as organizações básicas não deve levar a negar a importância dos partidos políticos que ocupam uma posição privilegiada na conquista e o exercício do poder, mas sim organizar as suas acções e funcionamento, nomeadamente num sistema político a ser reformado.

4- Um certo número de vantagens contribuindo na invenção de uma forma de conceber a gestão dos assuntos públicos da cidade são identificados nas dinâmicas sociopolíticas em acção no espaço africano. Algumas destas vantagens são ligadas à instauração do princípio de actores múltiplos tal como a gestão dos assuntos públicos, podendo incentivar uma governação participativa e transparente dos assuntos públicos.

A adopção dos princípios de boa governação como a declaração de património dos candidatos às eleições, presidentes da República e outros eleitos, contribui na redução dos riscos de desvio do dinheiro público e de transferências financeiras ilegais e institucionalizadas, de praticas de transparência na gestão dos assuntos públicos, como por exemplo novas normas.

Uma outra vantagem consiste na adopção e uniformização de sistemas de regulação dos mercados públicos pela UEMOA. Esta iniciativa que se traduz pela criação de autoridades de regulação de actores múltiplos, tripartidas e paritárias e um exemplo de boas práticas a ser popularizado e reforçado.

Também as organizações de cidadãos e movimentos sociais muito dinâmicos e credíveis em certos países africanos podem desempenhar o papel de motor e de líder do reforço da cidadania em África.

5- Objectivos estratégicos e acções estruturantes

Para associar todos os actores da sociedade à gestão dos assuntos públicos e assegurar uma gestão pública justa apoiando-se numa sociedade civil activa, é imperativo modificar as constituições para definir um estatuto e papel claro para a sociedade civil. Entre os objectivos identificados, existe um que consiste em conciliar a democracia e a tecnocracia, favorecendo a independência da administração pública na continuidade

do Estado e reforçando as OSC para o seguimento, a execução e a avaliação das políticas públicas.

O reforço da democracia participativa através da institucionalização de mecanismos de diálogo político permanente na base entre os decisores, os eleitos e os cidadãos, vem também como um objectivo estratégico a ser realizado.

E o mesmo para o desenvolvimento de uma estratégia de controlo cívico das políticas públicas a serem desenvolvidas ou do reforço das capacidades cívicas para dar continuidade aos comportamentos éticos requeridos para uma boa gestão. O que se pode realizar através da revisão do sistema educativo e dos currículos, para uma nova forma de cidadania activa, responsável, patriota e pan-africano.

É também imperativo legislar e constitucionalizar a obrigação de controlo e avaliação das políticas públicas. Da mesma forma que a institucionalização do controlo cívico da acção pública e a definição dos procedimentos de financiamento das acções das OSC foram identificadas como objectivos estratégicos a serem alcançados para estabelecer uma gestão adaptada e inclusiva dos assuntos públicos em África.

Também foi recomendado de efectuar uma redefinição da concepção e a função da sociedade civil africana, para poder promover as OSC de convicção cuja acção esta baseada no envolvimento civil em detrimento das OSC de Estado, de oposição e de inteligência. Esta sociedade civil devido à sua proximidade com as populações e a sua posição equidistante em relação aos partidos políticos e outros actores de interesses particulares pode assim por vezes desempenhar o papel de regulador entre os diferentes actores protagonistas em torno das questões de poder. Ela deve sobretudo manter-se um porta-voz das aspirações das populações. Os objectivos estratégicos acima apresentados, necessitam ser apoiadas por acções estruturantes similares às seguintes para serem realizadas em África.

6- Accoes estruturantes retenues

Uma das primeiras acções estruturantes identificadas diz respeito a **difusão da informação numa linguagem acessível** para reforçar a educação sobre o funcionamento do orçamento. Neste caso, as rádios comunitárias desempenham um papel essencial estratégico que deveria ser mais valorizado.

A participação cívica em todas as fases se pode realizar através dos mecanismos de participação (comunicação social, linguagem acessível, apoiar-se nos Comitês locais).

Também é importante favorecer uma abordagem de transformação que consiste em trabalhar a nível do sistema político global e sectorial por um lado e por outro a nível dos actores, cidadãos e os seus representantes. Por exemplo o Fórum Civil no Senegal implementa uma estratégia com exo no reforço das instituições e o envolvimento cívico para um impacto durável sobre o sistema de gestão dos assuntos públicos.

O sistema de regulação dos mercados públicos adoptado pela UEMOA concretizado pela criação de autoridades de regulação de múltiplos actores, tripartidas e paritárias, é um exemplo de boa prática a ser popularizado e reforçado.

Também se deve encorajar a multiplicação dos estudos sectoriais sobre a governação ; isso se pode realizar através da **organização de fórum** de múltiplos actores a nível local (representante local do Estado, parlamentares, presidentes de câmaras, populações, etc.)

Uma outra acção estruturante importante consiste no estabelecimento de mecanismos de governação participativa e de prestação de contas. Existe , para este efeito, iniciativas de boas práticas a serem popularizadas e reforçadas (centro de governação participativa, assistência jurídica, certificação cívica das colectividades locais, quadro de concertação, instituição do orçamento participativo em Cabo Verde; legislação para uma representação das igrejas e das OSC na gestão das colectividades locais em Angola; criação de um escritório de avaliação das políticas públicas no Benim, etc...)

Para prevenir e lutar contra a opacidade que caracteriza o sistema de financiamento dos partidos na conquista dos votos, foi sugerido pensar num sistema de **financiamento público das eleições**.

Para combater a corrupção, seria oportuno de adoptar um sistema de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, mas também automatizar a obtenção dos documentos administrativos. A promoção do governo electrónico (e-government), que se pode materializar, por exemplo, através da utilização dos sms para informar os cidadãos sobre os orçamentos.

A educação do jovens para uma cidadania activa (Fórum civil – Senegal) e contra a corrupção (RENLAC – Burkina Faso) é também considerada como uma acção estruturante determinante no advento de um sistema de gestão adaptado e inclusivo dos assuntos públicos em África.

As acções estruturantes podem também voltar a **popularizar e aplicar o direito petionário do cidadão nas constituições**, para permitir uma participação cívica directa na legislação. Elas podem referir-se à promoção de autoridades administrativas independentes (como CENI por exemplo) e de regulação da gestão dos assuntos públicos ou à generalização da declaração do património enquadrado para os detentores de altas funções administrativas.

Os contratos governamentais com o sector privado deveriam ser sujeitos ao controlo parlamentar e cívico para impedir a corrupção e os subornos.

Finalmente é crucial tornar a administração, numa administração ética cívica e de desenvolvimento; o que exige a **revisão dos módulos de formação e a sua adaptação às necessidades dos cidadãos**. De facto deveria se reforçar os currículos, integrando módulos sobre os princípios de ética, de patriotismo, de cidadania responsável, de boa governação e de gestão da qualidade.

A formação dos agentes administrativos da TIC pode também contribuir a garantir mais eficácia na prestação do serviço público.

7- Papéis e responsabilidades dos actores

As instituições como o Estado (executivo, legislativo, judiciário, militar), os partidos políticos, as OSC, o sector privado local, as instituições religiosas e culturais, são normalmente uma emanação do povo que os gera.

No entanto na implementação das suas missões, estas instituições não cumprem sempre correctamente o seu papel e as suas missões. Neste nível, a tarefa consistira em reformar estas instituições no sentido da consideração do interesse colectivo e os aproximar mais do cidadão através dos processos de estabelecimento de regras e processos de animação.

Trata-se também de reforçar as capacidades dos cidadãos para permiti-los de serem bons cidadãos respeitosos dos princípios e das regras de gestão dos assuntos públicos, seja qual for as suas posições no sistema global de governação.

➤ Estado:

O papel do Estado consiste aqui em garantir o cumprimento das leis e dos procedimentos de transparência, dos princípio de equidade e de prestação de contas na prestação de um serviço público de qualidade.

O Estado deve também favorecer o reforço das capacidades, competências e meios/recursos dos seus órgãos administrativos de controlo e de acompanhamento da despesa pública. Um terceiro papel importante que deve assumir o Estado consiste em desenvolver uma cultura de avaliação das políticas públicas.

➤ Partidos políticos:

Os partidos políticos devem garantir a formação dos seus membros e respeitar e fazer respeitar as leis e os regulamentos em vigor em mateira de criação, funcionamento e participação aos processos eleitorais.

➤ Organização da sociedade civil:

Estas organizações devem realizar um trabalho de informação, de sensibilização, de educação e de mobilização dos cidadãos para uma cidadania activa mas também para garantir de forma rigorosa e objectiva, um controlo cívico eficaz. Estas também devem participar e contribuir como actores estratégicos em toda a cadeia de políticas públicas: da elaboração à avaliação das políticas públicas.

As OSC devem também desempenhar um papel significativo de desenvolvimento da sua credibilidade e legitimidade para representar a voz dos cidadãos. O que do resto pode realizar-se através da procura das condições da própria sustentabilidade e independência em relação aos outros actores.

Finalmente as OSC devem desenvolver as suas capacidades técnicas através da pesquisa e da formação dos seus membros.

➤ **Instituições tradicionais e religiosas:**

Estas autoridades têm um papel de acompanhamento e controlo a desempenhar em relação ao respeito dos princípios e valores sociais; isto podendo realizar-se através da socialização dos jovens e a regulação social.

Estas deveriam também contribuir a efectiva consideração destes princípios e valores na formulação de políticas e mecanismos de gestão dos assuntos públicos.



Ateliê 5 : Criar as condições de segurança para todos e de uma paz duradoira

Resumo introdutivo

Contexto e problemática

A África está confrontada com desafios políticos, sociais e económicos e a nível da segurança, que ignoram as fronteiras, se propagam e se expendem de forma global. Embora foram feitos progressos a nível da governação, com uma relativa pacificação do jogo político, nomeadamente os passos em direcção da democracia e da desmilitarização do Estado, deve-se realçar a persistência de reais desafios na área da segurança. Conflitos e crises se complexificam, e se desenvolvem com as revoltas políticas, a violência eleitoral, os distúrbios sociais, o terrorismo, o tráfico de drogas, o branqueamento de capitais, etc. De forma global, a África está confrontada com a fraqueza do Estado e portanto, com o ameaça da insegurança. O continente africano é de facto um dos mais dilacerados por conflitos. Estes últimos sempre têm uma dupla dimensão de guerra civil e de ingerência estrangeira. Os recursos naturais e minerais, bem longe de ser uma fonte de prosperidade para a África, alimentam directamente ou indirectamente a maioria dos conflitos. As concorrências para a repartição das terras, agravadas pelo crescimento da população, pela cobiça das potências exteriores e pela perda de fertilidade dos solos, estão subjacentes à maior parte dos conflitos qualificados de conflitos étnicos ou comunitários. A fraca legitimidade dos Estados, os transforma num bastião muito frágil, contra a emergência da violência, isso quando ela própria não é o principal factor. A comunidade Internacional desenvolveu uma filosofia de reconstrução do Estado após a falência, mas nem os métodos utilizados, nem o curto prazo

das intervenções contribuem ao seu sucesso. Apesar dos esforços louváveis da União Africana e das organizações sub-regionais, poucos são os conflitos que se resolvem sem a intervenção da “comunidade internacional”.

Contudo, a África, portadora de tradições milenarias, tem os seus próprios instrumentos de regulação dos conflitos e de reconstrução da paz e estas merecem ser confrontadas com a experiencia internacional para desenvolver uma nova doutrina.

Claramente, a governação é um elemento determinante das crises e dos conflitos no continente. Assim, a falência do Estado também se traduz por dificuldades reais a nível da manutenção da paz e da segurança para todos e para os seus bens. A falência expressa então o fracasso histórico que consiste na concepção e na implementação de regras, instituições e modos de regulamentos político, administrativo, económico e social que garantem a estabilidade e a harmonia das sociedades africanas, ou seja a paz e prosperidade.

A paz, de acordo com Archibald MacLeish, um dos criadores da Constituição da UNESCO, « é um processo e uma condição, e não um objecto estático que se adquire ou se perde de forma periódica. É uma situação de confiança, de harmonia e de objectivos mutualmente partilhados, que favorecem a “coordenação das actividades permitindo às mulheres e aos homens livres de viver uma vida decente onde a guerra é rejeitada de forma afirmativa, graças à criação dinâmica e deliberada de uma ordem social e humana entre os povos do mundo e

onde os incentivos para guerra são neutralizados através dos progressos humanos e espirituais realizados”.

Para além disso, deve-se reconhecer os esforços que realizam os países africanos para reforçar as capacidades de manutenção da paz. A União Africana (UA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) têm-se respectivamente dotado de um mecanismo, em 1993 e 1999, com a finalidade de ter meios institucionais para uma melhor gestão das crises e dos conflitos. Com estas iniciativas, aumentam os instrumentos africanos de intervenção em matéria de segurança. No entanto, os conflitos e as crises persistem e permanecem. Em outras palavras, a realização das condições de segurança e de paz passam inevitavelmente pela reconstrução do sistema de segurança e de legitimação dos projectos de instauração da paz.

Questões a debater:

- Quais são os princípios e as modalidades de reconstrução dos mecanismos de

prevenção e de gestão dos conflitos em África?

- Quais são os modos, mecanismos e instrumentos tradicionais de prevenção e de gestão dos conflitos que devem reconsideradas?
- Como melhorar os modos, mecanismos e instrumentos modernas de prevenção e de gestão dos conflitos através de um recurso às tradições?
- Quais são as condições e os sistemas de segurança para garantir a paz e a estabilidade em África, em particular nas áreas, política, social, económica, militar etc..?
- Qual é o lugar e a função das diferentes categorias de actores na prevenção e na gestão dos conflitos em África? (dirigentes, políticos, forças de defesa e de segurança, legitimidades tradicionais e religiosas, cidadãos, sociedade civil, organizações regionais e sub-regionais, a comunidade internacional etc..)

Memorando do ateliê 5

1- Contexto e Problemática

De acordo com os termos de referência, o Workshop 5 referente às condições de segurança para todos, teve como principal objectivo, responder a 5 questões. No entanto, para incentivar a participação activa na discussão, o grupo adoptou uma metodologia de trabalho permitindo que os participantes, compartilhassem, por um lado, as suas experiências e pontos de vista acerca de cada uma das questões, e por outro, a questão da prevenção e gestão de conflitos. Deste modo, a reflexão levada a cabo permitiu:

- Fazer um inventário das ameaças à segurança e fontes de conflitos, discutir a eficácia dos mecanismos de prevenção, gestão e resolução existentes bem como o seu impacto no terreno e realidade do quotidiano
- Identificar as tendências, evolução e benefícios

- Identificar os principais problemas e desafios, os objectivos estratégicos de mudança e acções de estruturação
- E, por último, identificar os diferentes atores e definir o seu papel e lugar na criação de condições de segurança e de paz durável para todos.

Questão fundamental, em relação à crise em muitos países africanos, a questão da paz e segurança duradouras é um dos grandes problemas na governação, na medida em que questiona os fundamentos institucionais dos Estados-nação pós-coloniais. A reconstrução da governação anda de mãos dadas com a segurança e a paz, sem as quais todos os esforços desenvolvimento económico e social estão, à partida, comprometidos.

Esta síntese faz um resumo de cada um destes pontos. Baseia-se em três pontos, tendo em conta a estrutura proposta pela organização: os resultados, as questões e os desafios, bem como as propostas de objectivos estratégicos e acções estruturantes relacionadas com as funções e responsabilidades das diferentes categorias de atores.

2 – Apreciação

Das reflexões e discussões tidas durante o workshop, conclui-se que, apesar da relativa pacificação da política através do processo de democratização, a questão da segurança e da paz continua a ser uma preocupação para os Estados cujas instituições esforçam-se para garantir a segurança de todos os seus cidadãos. Os Processos institucionais, decorrentes da democratização das sociedades, ainda não conseguiram criar as condições para uma paz duradoura, apoiada em mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos a nível das ameaças à paz e à estabilidade política e social.

Essas ameaças, muitas vezes inerentes aos processos institucionais que são construídos sem referência aos reais valores, princípios e realidades das sociedades africanas muitas vezes transformam-se em conflito aberto e violência em vários países.

Os mecanismos modernos para a prevenção, gestão e resolução ainda não produziram o efeito desejado. Ao mesmo tempo, os mecanismos tradicionais em que as sociedades africanas foram baseadas antes da colonização e os estados pós-coloniais não são suficientemente utilizados como uma alternativa.

Além disso, o processo de construção e formação para a cidadania não é capaz de construir nas pessoas um forte sentimento de pertença a um destino comum.

Finalmente, num mundo onde as mudanças e as ameaças, são cada vez mais imprevisíveis e preocupantes, os Estados africanos enfrentam enormes desafios na luta contra a pobreza (ver as condições precárias de vida da maioria da população) e na instauração uma boa governação. Estas dificuldades contribuem para distanciar as instituições da sociedade e para deslegitimar a acção pública.

A competição por recursos e poder (do local ao nacional) geralmente provoca posturas ou lógicas de confronto prejudiciais à paz e à segurança humana, devido à **ausência de**

mecanismos para regular as relações entre as diferentes categorias de atores, a prevenção, gestão e resolução de conflitos, reconhecida e compartilhada por todos.

No geral, a África é ameaçada pelo **crime urbano e suburbano crescente**, por **conflitos decorrentes de disputa de terras**, pela **escassez de recursos naturais e desequilíbrios ambientais**, uma **criminalidade transfronteiriça e transnacional crescente** dominada pelo **tráfico de drogas, de armas, tráfico humano**, e, especialmente, um **terrorismo internacional desenfreado e que se regenera na pobreza e a miséria.**

Este contexto compromete a segurança humana e desenvolvimento económico e social dos Estados, enfraquecendo os processos democráticos e progressivamente destruindo os fundamentos de "viver em conjunto" tendo como resultado a desigualdade e a injustiça social e a desintegração do Estado e da sua autoridade.

Esta situação resulta, de acordo com o grupo, em quatro falhas principais: i) De Visão, ii) De Estratégia iii) De Comunicação, e iv) De Meios.

Além disso, dos debates e discussões do workshop, conclui-se que as principais fontes de conflito em África incluem:

- **A má governação** que exclui a maioria da gestão, o lucro e o controlo da acção pública (exclusão e marginalização no acesso aos bens e aos serviços públicos)
- **A fraqueza da subsidiariedade activa** entre Estados (regional, entre o Estado e as colectividades locais)
- **A instrumentalização e politização das forças de defesa** e de segurança pelos líderes
- **A competição pelo acesso ao poder e aos recursos** (eleições, culturas políticas e práticas dos líderes, terra, recursos minerais, água, etc.)
- **A intolerância e rejeição da diversidade** (conflitos étnicos e/ou religiosos deslocação da população, migração)
- **O desmoronamento dos valores tradicionais** e dos processos socialização dos indivíduos
- **Os litígios políticos** ou a crise das formas de representação (liderança política, etc.)
- A ineficiência ou **a crise nos mecanismos modernos de regulação social** (falta de capacidade de antecipar e reagir adequadamente)
- **O Terrorismo**
- **A intolerância religiosa**
- **O tráfico em todas as suas formas** (armas, drogas, humano, etc.)

- **A predação e pilhagem dos recursos naturais**, muitas vezes com a cumplicidade das grandes companhias multinacionais
- Etc.

2 - Problemas e desafios

As questões de segurança ultrapassam as fronteiras nacionais. Elas envolvem a articulação das escalas territoriais (local, nacional e regional), de modo a ter em conta a diversidade de atores, a sua participação e responsabilidade na reflexão, o desenvolvimento e implementação de políticas de segurança. Podemos retirar assim 5 questões importantes:

- **A reforma, construção e fortalecimento do Estado de Direito** com as instituições republicanas fortes e estáveis
- A Construção de um **desenvolvimento económico** para garantir o acesso da população aos direitos sociais e económicos para evitar a predação e a pilhagem dos recursos naturais por empresas multinacionais
- A reconstrução do sector da segurança, **combinando os mecanismos tradicional e moderno** de modo a legitimar e tornar operacionais, os atores envolvidos, através de um domínio do ambiente institucional e político
- Abertura de um **diálogo construtivo e inclusivo entre os atores** de modo a se avançar para compromissos colectivos, tendo em conta todos os níveis de governação
- **Fortalecimento das instituições regionais africanas** proporcionando-lhes poder de coerção, o direito e o dever de intervir para evitar crises sempre que as trajectórias do governo se desviem do Estado de direito

Assim, podemos reter, essencialmente, que além de observações, o workshop focou-se mais numa reflexão prospectiva numa tentativa de fornecer respostas ao contexto acima apresentado que deixa muito a desejar. Esta reflexão exige, antes de mais, uma compreensão dos problemas reais. Destas questões surgem objectivos estratégicos e propostas de acções estruturantes, tendo em conta a diversidade de atores e a necessária inclusão nas abordagens e estratégias. O grupo tentou também definir o papel e responsabilidades dos actores.

3 - Propostas de acções estruturantes, papéis e responsabilidades dos atores

Com base nestas questões e desafios o workshop propõe objectivos estratégicos e acções estruturantes e, finalmente, os papéis e as responsabilidades dos actores. Estas propostas estão divididas em quatro categorias de atores: **Institucionais** (Estado e suas instituições, autoridades locais, etc.); **Não Institucionais** (sociedade civil, sector priva-

do, comunidades religiosas e costumeiras, actores tradicionais, pessoas capacitadas, etc.); **Organizações Regionais e Africanas** (UEMOA, da CEDEAO, SADC, União Africana, etc.); **Parceiros e a Comunidade Internacional**. As propostas incluem:

a) A nível dos actores institucionais: O Estado e as Autoridades Locais:

- Desenvolver um inventário dos actuais mecanismos tradicionais, das suas modalidades de adaptação e activação
- Mapeamento de zonas de conflito, de acordo com sua tipologia e identificar soluções
- Criar as condições de confiança entre as forças de segurança e manutenção da paz e as populações
- Redefinir os papéis de cada actor tendo em conta todas as escalas territoriais
- Formar cidadãos conscientes dos valores da república, da nação e da cidadania
- Identificar, documentar e institucionalizar mecanismos tradicionais que constituam instrumentos eficazes e adaptados de prevenção, gestão e resolução de conflitos
- Criar uma ponte eficaz entre os mecanismos modernos e tradicionais
- Identificar os princípios e métodos para a reconstrução, reinventar
- Desenvolver e implementar sistemas de ensino reais, capazes de formar cidadãos responsáveis, conscientes do seu papel e responsabilidades, valores e princípios de convivência e das exigências de defesa e segurança
- Fazer das forças de defesa e de segurança agentes do desenvolvimento através de novas práticas de construção social e económica
- Construir instituições de defesa e segurança fortes, legítimas e operacionais
- Criar um ambiente institucional e legal que permita reduzir a predação e a pilhagem dos recursos naturais por parte das multinacionais

b) A nível dos actores não institucionais:

- Colocar os jovens e as mulheres no centro das políticas de desenvolvimento, da promoção da segurança humana, a condição *sine qua non* de paz sustentável
- Ajudar a promover valores positivos e mecanismos endógenos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos

- Informar, educar, sensibilizar e ajudar na formação da opinião pública, com engajamento na preservação e promoção da segurança humana
- Educar as crianças num espírito de preservação e protecção da segurança humana
- Promover e divulgar o seu papel, conhecimento e experiência na prevenção e resolução de conflitos

c) A nível das entidades regionais e africanas:

- Criar estruturas especializadas, com filiais a nível nacional no que diz respeito às questões religiosas, étnicas, latifundiárias, etc.
- Fortalecer a capacidade de antecipação e pró-atividade das autoridades regionais de modo a prevenir conflitos e assegurar a segurança de todos os estados
- Desenvolver uma visão e uma estratégia comum de defesa e segurança
- Facilitar a colaboração e a sinergia entre as forças de defesa e segurança em diferentes países
- Dotar as autoridades regionais e africanas de capacidade de injunção e apropriação, bem como implementação dos instrumentos existentes, em determinadas entidades regionais
- Apropriação e implementação dos instrumentos existentes, em determinadas entidades regionais

d) A nível de parceiros técnicos e financeiros e da comunidade internacional:

- Integrar a segurança em todo o projecto de governação democrática e no desenvolvimento económico e social a nível nacional e regional
- Acompanhar e apoiar o continente africano na construção de uma visão, uma estratégia e de um plano operacional de segurança que alie os mecanismos tradicional e o moderno
- Apoiar a formação de novas forças de defesa e segurança, que estejam conscientes dos problemas existentes e, conseqüentemente, bem equipadas

Anexo 3 :Lista de participantes

Nom	Genre	Pays de l'adresse	Courte présentation	Participation à l'atelier
Abdenmour, Azeddine	M	Algérie	Enseignant universitaire, consultant freelance algérien en management public et expert dans le domaine de la gouvernance publique	A3
Adjai, Cica Anna	F	Benin	Ancienne Présidente de la Cellule de la Moralisation de la Vie Publique, elle est chargée de Mission du Médiateur de la République du Bénin .Membre du Conseil de l'Alliance.	A2
Afandé, Koffi	M	Pays-Bas	Ministre Conseil. Equipe du Conseil de Sécurité des Nations Unies/Mission permanente du Togo auprès des Nations Unies, New York	A2
Ajufoh, Samson		Nigéria	Coordinator of Action for community development	A4
Akplogan-Dossa, Huguette Aurore Sèna	F	Benin	Technicienne en Gestion	A4
Alves Barbosa, Candido José	M	Cabo Verde	Consulat de Guinée Bissau	A5
Andrade, Maria Aleluia Barbosa	F	Cabo Verde	Mairie de Praia a.i.	A3
Atchadam, Tikpi	M	Togo	Juriste et Anthropologue - Spécialiste et formateur des formateurs en droits de la Femme et de l'Enfant. Expert en évaluation des projets, Secrétaire Général du Club Afrique Debout, militant pour la renaissance de l'Afrique, l'intégration de l'Afrique sur la base de l'histoire et de la culture. Médiateur pour la Togo de l'Alliance pour refonder la Gouvernance en Afrique.	A2
Ba Tall, Oumoul Khayri	F	Mauritanie	Secrétaire Générale de l'Association Mauritanienne de suivi-évaluation	A4
Ba, Cheikh	M	Sénégal	Membre du Conseil de l'Arga et de l'organisation Symbiose	A1
Badet, Segnon Gilles Auguste	M	Benin	Juriste, Consultant en gouvernance. Chargé de de programme au Haut Commissariat à la Gouvernance Concertée. Auteur/co-auteur de certaines publications: – Rapport sur l'évaluation des 20 ans Renouveau démocratique au Bénin – Cours Constitutionnelle et régularité des élections – Réflexion sur la révision de la Constitution du Bénin	A2
Baptista Carvalho, Hermenegildo Cristiano	M	Cabo Verde	Présidence du Cap Vert	A2

Barros, Jandira	F	Cabo Verde	Conseiller auprès du Président de la République pour les questions sociales	A4
Ben Kahla, Karim	M	Tunisie	Directeur de l'Institut Supérieur de Comptabilité et d'Administration des Entreprises	A4
Bendjelloun, Omar	M	Maroc	Avocat à la Cour - Docteur en Droit	A4
Bertrand, Pierre-Yves	M	France	Responsable du pôle « réforme de l'Etat et gouvernance territoriale » DGM/ ECODEV/ Mission de la gouvernance démocratique. Ministère des affaires étrangères et européennes.	A2
Bonifacio, Avelino		Cabo Verde	Ancien Secrétaire d'état de l'économie; Coordinateur de L'institut Afrique de L'ouest.	A3
Borges Lopes da Costa, Gilson Celestino	M	Cabo Verde	Etudiant en langues appliquées.	A4
Butedi Nzolani, François	M	Botswana	A été directeur exécutif du Collectif des organisations congolaises en Afrique du sud. Il vient d'être nommé chargé de programme Gouvernance, Paix et Sécurité entre la SADC et le Conseil des Organisations non Gouvernementales	A5
Centeio, Euclide	M	Cabo Verde		A1
Chipenzi, McDonald	M	Zambie	Executive Director Foundation for Democratic Process (FODEP)	A3
Cissé, Abdoul Wahab	M	Sénégal	Membre du centre de ressources de l'Arga, il est Docteur en Sciences Politiques. Il partage ses activités entre l'enseignement, la recherche et la consultance.	A4
Cissé, Falilou Mbacké	M	Sénégal	Spécialisé en décentralisation et en management du développement territorial, je suis un militant du « Local ». Membre du centre de ressources de l'ARGA depuis 2004, chargé de l'appui aux dispositifs nationaux de travail (missions transversales de suivi, d'évaluation et d'appui méthodologique aux médiateurs, aux groupes d'initiatives, aux discussions sur les cahiers de propositions) et point focal du Groupe d'initiative « Gouvernance, décentralisation et développement local ».	A3
Compaore, W. K.Raissa	F	Burkina Faso	Journaliste à la Chaîne de Télévision Panafricaine Africable dont elle est la représentante au Burkina Faso. Www.africable.net	A4
Coulibaly, Ma	F	Mali	Secrétaire administrative de la CAFO (Coordination des Associations et ONG féminines du Mali)	A4
Coulibaly, Robert	M	Mali	Comptable de formation, et Assistant Administratif et financier. Gère la comptabilité analytique de l'ARGA.	logistique

Crabett, Didier	M	Mali	Chef du projet dénommé: Renforcement de la gouvernance démocratique au Mali, qui vise à renforcer la gouvernance démocratique au Mali dans le cadre d'un processus participatif en appui au processus de réforme de l'État : Composante 1: la création d'un espace public de dialogue, d'observation et d'échange d'expériences sur les questions de gouvernance démocratique au Mali, ce qui a été réalisé à travers le Forum multi-acteurs, mis en oeuvre par l'ARGA/Mali ; Composante 2: renforcer les capacités des acteurs institutionnelles de la gouvernance	A4
Daff, Sidiki Abdoul	M	Sénégal	Membre du Centre de Ressources de l'ARGA. Historien de formation il est par ailleurs président du Centre de Recherches pour l'Action Citoyenne (CERPAC), membre du Réseau « Démocratiser radicalement la Démocratie » (pour la mise en réseau des expériences sur les budgets participatifs) et coordinateur de l'Alliance Internationale des habitants AIH-Afrique (droit à la ville et à l'habitat)	
Danquá Boa Morte, Wualdyner	M	Sao Tomé e Príncipe	Mestrando em Ciências Política / ISCTE-IUL	A3
Dantas, Alvaro	M	Cabo Verde	Fondation Amilcar Cabral	A1
Diallo, Aboubacar	M	Mali	Titulaire d'une maîtrise de sociologie de l'université de Bamako dont le thème était :Gestion des conflits entre agriculteurs et éleveurs relative à la transhumance dans le cercle de Nioro du Sahel. Il s'intéresse aux questions de gouvernance, de démocratie et de développement Il est présentement membre actif de l'Alliance Mali sur le processus de l'assemblée malienne des citoyens	A2
Dièye, Cheikh Abiboulaye	M	Sénégal	Ministre de l'aménagement du territoire et des collectivités locales	Cérémonie d'ouverture
Diop, Ibrahima Gabar	M	Sénégal	Général des armées, Sénégal	A5
Dos Santos, Roberto Andre Manuel	M	Cabo Verde	Ministre Conseiller de l'Ambassade de Angola à Praia	A1
Drujco Joao	M	Cabo Verde	Conseiller Militaire du Président de la République	A5
Fayinkeh Mamahadou	M	Sénégal	Représentant du Président Djibo Bagna du ROPPA, Réseau des agriculteurs et de producteurs agricoles des organisations de l'Afrique de l'Ouest	A5
Fonseca, Florentino	M	Cabo Verde	Etudiant en langues appliquées.	A5
Ganga, Aurélie	F	Congo	Directrice de MNTV MNRADIO	A5

Goasmat, Karine	F	France	Directrice associée d'Exemole, elle contribue au développement de l'ARGA à travers les outils et méthodes de travail (mise en place, formation) et la gestion décentralisée des cofinancements.	logistique
Godinho Gomes, Patricia	F	Italie	Researcher in African Studies at the University of Cagliari . Graduated at the University of Lisbon in International relations (1995) and Doctor in History and Institutions of Africa (PhD, 2003), University of Cagliari, Italy. Research carried out mainly in the West African region She has published the book on Guinea-Bissau liberation struggle "Os fundamentos de uma nova sociedade. O PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau, Torino: Harmattan Italia, 2010. Member of the African Borderland Research Network (ABORNE)). .www.unica.it	A3
Gomes da Graça, Evodia	F	Cabo Verde	Étudiante en doctorat en Linguistique au Portugal	A1
Gomes, Crispina	F	Cabo Verde	Fondation Amilcar Cabral	A1
Guèye, Babacar	M	Sénégal	Professeur agrégé de droit public et de sciences politiques, il enseigne à l'Université Cheikh Anta Diop de Dakar. Il a dirigé la Commission Cellulaire chargée en début 2005 de faire au Président de la République des propositions pour la mise en place d'une Commission électorale nationale autonome. Spécialiste des questions de gouvernance et d'intégration régionale, il est chargé du volet gouvernance au sein du Forum Civil, organisation de lutte contre la corruption.	A3
Häenseler, Abaa Rosa	F	Suisse	Network & Project assistant, Globethics.net, Geneva. Project collaborator "Ethics & Governance in Cameroon", Globethics.net Geneva	A1
Hopffer Almada, Ana Cristina	F	Suisse	Attorney at Law. Programm Manager of the AIF.	A1
Kahenga Tambwe, Pierre	M	République démocratique du Congo	Partenaire de l'Alliance ans le projet gouvernance des mines au Katanga	A3
Kananura, Paul	M	France	Docteur en Aménagement et Urbanisme, et Diplômé d'Economie Régionale. Il est spécialiste de Géopolitique et des politiques publiques. Il a effectué toutes ses études supérieures à l'Université Michel de Montaigne - Bordeaux 3, où il fût membre du Conseil Scientifique, du Conseil Doctoral Histoire-Géographie et de la Commission des moyens. Admissible à l'ENA en 2003. Consultant International au Cabinet Afrique en Perspectives (CAP), il développe ses actions de consulting et de conseil en stratégie en direction de l'Afrique. Il est l'initiateur et Directeur scientifique du Colloque International « Afrique en perspectives » qui réunit tous les grands acteurs du continent africain	A4
KANE, Elimane Haby	M	Sénégal	FORUM CIVIL - Executive Director	A4

Keller, David	M	Suisse	CEO of the African Innovation Foundation.	A2
Khouma, Ousmane	M	Sénégal	Docteur en en droit public et enseignant chercheur à la faculté des sciences juridiques et politiques de l'université Cheikh Anta Diop (Dakar). Il est auteur de plusieurs publications dont « la conditionnalité démocratique en Afrique-2010 »; « la légitimité du pouvoir de l'état en Afrique Subsaharienne-2009 »; « libération, justice sociale et institutions-2011); « l'enjeu de l'élection présidentielle en Afrique -2012)	A1
Konaté, Néné	F	Mali	Titulaire d'un diplôme d'Ingénieur des Sciences appliquées : spécialité Elévation de l'Institut Polytechnique rural de Katibougou du Mali. Elle est membre active dans des associations et organisation de développement dont l'ONG APIDEC: Association pour la Promotion des Initiatives de développement Communautaire. Depuis juillet 2007, elle est la médiatrice nationale, de l'ARGA/ Mali	A3
Koné Sanogo, Solange	F	Côte d'Ivoire	Figure importante de la société civile ivoirienne, elle est de tous les combats. Droit des femmes, paix, dette, accès à la santé. Elle est présidente de l'Association de soutien à l'autopromotion sanitaire urbaine (ASAPSU).	A1
KONIG, Claus-Dieter	M	Sénégal	Directeur du bureau régional Afrique de l'Ouest de la Fondation Rosa Luxembourg	A2
Kourouma, Sékou	M	Guinée	Haut Commissaire pour la réforme de l'Etat et la modernisation de l'administration en Guinée Conakry.	A4
Lefko-Everett, Kathryn	F	Afrique du Sud	Senior Project Leader at the Institute for Justice and Reconciliation in Cape Town, where she manages the national Reconciliation Barometer survey and edits a quarterly newsletter and blog. Her research interests include governance and public participation, elections and migration policy, and her analysis regularly features in the print press, radio and other media. She has also published widely, including a number of book chapters and academic articles.	A1
Lima Marça, Artur Jorge	M	Cabo Verde	Maître de l'éducation artistique	A1
Linjuom Mbowou, Claude Richard	M	Cameroun	Chercheur sur les questions relatives à l'analyse des conflits et la démocratisation du processus d'intégration en Afrique Centrale. Il a été Vice-président et Porte parole de l'Association pour la Défense des Droits des Etudiants (ADDEC) (2001-2004) et Coordonnateur de la Mutuelle de Solidarité des Etudiants du Cameroun (2004-2006). Rédige actuellement un essai autobiographique qui est une réflexion à partir d'un parcours de vie, sur les combats de ma génération et les transformations de l'Afrique.	A3
Lopes de Carvalho Sanches, Graça Maria	F	Cabo Verde	Deputé Nationale, President de l'Asssoiation des Jeunes Chercheurs du Cap Vert	A1
Macé, Françoise	F	France	Chargée de programme au sein de la Fondation Charles Léopold Mayer, actuellement en particulier sur la Méditerranée (ACM – Assemblée des Citoyens et Citoyennes de la Méditerranée)	A5

Mbaye, Assane	M	Sénégal	Coordonnateur de l'ARGA. Enseignant à la Faculté de droit de l'Université Cheikh Anta Diop de Dakar depuis 1996. Spécialisé en droit de l'environnement et de l'aménagement du territoire, en droit international et en droit privé. Consultant sur des questions de droit de l'homme et de gouvernance.	A2
Mbodji, Abdoul Aziz	M	Sénégal	Doctorant en droit	A1
Mendjana, Linus Toussaint	M	Cameroun	Principal Civil Administrator, General Director, High school of Administration & Governance - Cameroon	A3
Moulaye, Zéïni	M	Mali	un expert en sécurité. Auteur, et co-auteur de plusieurs écrits sur la thématique sécuritaire, il est actuellement coordonnateur du	A5
Mvom Abolo, Emmanuel	M	Cameroun	Collaborateur de M. Linus Toussaint	A1
Ndim, Djibril	M	Sénégal	Colonel de la gendarmerie Sénégalaise, formateur à l'École sous-régionale de la paix (Bamako)	A5
Nkiranuye, Jean Emile Vincent	M	Côte d'Ivoire	Directeur de l'Institut de la dignité et des droits de l'homme (CERAP)	A5
Nzeyimana, Zenon	M	Burundi	Membre du Comité de l'Observatoire de lutte contre la Corruption et les Malversations Économiques « OLUCOME »	A1
Ogunde, Stephen	M	Kenya	Expert in the IT Service Delivery sector having worked for leading international financial services institutions such as Barclays and Stanbic Bank. He is currently consulting in the area of improving public service delivery and citizen relationship management through deploying the use of automation. This should result in improved governance within the public sector in Kenya.	A4
Ouattara, Soungalo	M	Burkina Faso	Ministre de de la fonction publique et de la sécurité sociale	Cérémonie d'ouverture
Ouedraogo, Ayassia	M	Burkina Faso	Administrateur de la composante gouvernance politique et administrative de la politique Nationale de bonne gouvernance.	A3
Ouédraogo, Boureima	M	Burkina Faso	Sociologue - Journaliste et Directeur de publication du Bimensuel Le reporter, il est médiateur national de l'ARGA/Burkina depuis 2004. Premier Prix de lutte anti-corruption 2010 décerné par le réseau national de lutte anti-corruption (REN-LAC) il collabore aussi avec l'Association construisons Ensemble- Laboratoire de recherche sur les citoyennetés en transformation (ACE-RECIT), en tant que Chargé de communication et d'animation de réseaux.	A5
Ouedraogo, Saïdou Etienne Wendzoodo	M	Burkina Faso	Monsieur l'Abbé de Ouagadougou	A1
Oyane-Ondo, Paulette	F	Gabon	Avocate et députée ; a été ministre au Gabon.	A3

Patrocínio, José Antonio Martins	M	Angola	Intervient dans le renforcement des capacités des organisations de base pour faire face aux démolitions arbitraires du logements	A4
Pereira, Dunia	F	Cabo Verde	Député Nationale	A4
Rocha Monteiro, Maria Da Luz	F	Cabo Verde	Assemblée Nationale	A2
Roselma, Evora	F	Cabo Verde	Conseiller du secrétaire d'État à l'Administration publique	A3
Roulland, Gilles	M	Cabo Verde	SCAC – Institut Français	A3
Santos, Carlos	M	Cabo Verde	Coordinateur de L'Unité de Coordination de la Reforme de L'État auprès du Premier Ministre du Cap Vert	A3
Sarr, Baba	M	Sénégal	Vidéaste et ingénieur de son mis à la disposition de l'ARGA pour gérer la mémoire audio et vidéo des activités	tous, vidéaste
Sawadogo, Raogo Antoine	M	Burkina Faso	Acteur du développement local depuis les années 1980, ancien ministre de l'administration territoriale et de la Sécurité, ancien Président de la Commission nationale de la décentralisation, Antoine Rago Sawadogo est depuis avril 2003, le Président fondateur de l'Association Construisons Ensemble-Laboratoire de Recherche sur la Citoyenneté en Transformation (ACE-RECIT). Officier de l'ordre nationale Burkinabé, et chevalier de l'ordre du mérite français, il est membre du comité d'initiative de l'Alliance et auteur d'un livre et de plusieurs articles	A3
Sène, Abdoulaye	M	Sénégal	Président du Conseil de Fatick, secrétaire général de l'Association des présidents de conseil régionaux. Il est aussi député à l'assemblée nationale du Sénégal. Il fut directeur de l'hydraulique et du projet des vallées fossiles du Sénégal. Il est depuis 2007 membre du conseil de l'Alliance.	A2
Sequeira Carlos	M	Cabo Verde		A5
Silva Cardoso, Alécson Fredy	M	Cabo Verde	Etudiant en langues appliquées.	A1
Silva Mendes, Elisabete	F	Cabo Verde	PNUD	A3
Sitack, Yombatina	M	Tchad	Enseignant-Chercheur à l'Université de N'Djaména.	A2
Sougou, Dior	F	Sénégal	Assistante coordinateur de l'ARGA	logistique

Sy, Mohamadou	M	Maroc	Journaliste-Economiste, Rédacteur en Chef « African Business Journal »	A1
Sy, Ousmane	M	Mali	Chef de mission de la décentralisation, ancien Ministre de l'Administration Territoriale et Gérant Associé du centre d'expertise Politiques et Institutionnelles en Afrique CEPIA. Membre du conseil de l'Alliance.	A5
Sylla, Ndongo Samba	M	Sénégal	Membre du bureau régional de la Fondation Rosa Luxemburg en Afrique de l'Ouest	A1
Taderera, Dadisai	F	Afrique du Sud	Project Manager Global Integrity (South Africa), organisation mondiale luttant contre la corruption	A4
Toé, Richard	M	Mali	Consultant indépendant, sociologue de formation, il est un membre engagé de l'association Nko qui promeut la valorisation des langues locales. C'est un spécialiste en matière de gestion des conflits qui a une bonne maîtrise de la gouvernance traditionnelle.	A2
Were, Peres	F	Kenya	Founder and lead consultant at Cascade Global – a leading BPO consulting firm based in Nairobi, Kenya. She has worked closely with the Kenya Government on developing policy to position Kenya as a preferred outsourcing destination and has served as a member of the BPO/ITES Working Group at Office of the Prime Minister of Kenya. Also founder member and Vice-Chair of the Kenya BPO & Contact Centre Society, which is the industry association that represents the interests of the BPO industry in Kenya.	A4

